

## **ACTA NÚMERO TRÊS**

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO  
DIA VINTE E SETE DE ABRIL DO ANO  
DOIS MIL E ONZE \_\_\_\_\_

----Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano dois mil e onze reuniu, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade municipal;
2. Eleição de representante das Juntas de Freguesia para o XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (efectivo e suplente); \_\_\_\_\_
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 58/2011/CM, referente à Suspensão da Aplicação da Componente Variável das Taxas de Apreciação Urbanística; \_\_\_\_\_
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 83/2011/CM, referente à Relocalização do Equipamento Escolar em Luz de Tavira; \_\_\_\_\_
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 85/2011/CM, referente à Prestação de Contas 2010; \_\_\_\_\_
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 89/2011/CM, referente à Atribuição de Medalha Municipal de Mérito; \_\_\_\_\_
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 96/2011/CM, referente ao Regulamento Municipal de Actividades Diversas – Alteração. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia declarou aberta a Sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. \_\_\_\_\_

----Pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi efectuada a chamada, tendo-se registado

presentes os Membros, Alberto Custódio Fernandes do Carmo, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Elisabete Miguel Parra Rocha, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Jaime Luís Fernandes Costa, Jean-Pierre Patrick Rancher, João Pedro da Conceição Rodrigues, Jorge Francisco Silva, José Alberto Godinho Correia, José Flaviano da Cruz Palma, José Liberto da Conceição Graça, José Manuel Baptista do Carmo, José Mateus Domingos Costa, José Ótilio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Isabel Pires Cruz dos Santos, Maria Margarida Viegas Santos, Muriel Cristina Dias, Nuno Miguel Pires da Silva Encarnação, Rui Alexandre da Ressurreição Gabriel, Rui Manuel Rocha Horta, Sidónio Manuel Gonçalves Barão, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Vítor Manuel Rijo Faleiro. \_\_\_\_\_

---O Membro José Epifânio Martins da Graça pediu a suspensão do mandato pelo período de sessenta dias, tendo o Membro Jaime Luís Fernandes Costa passado a Membro efectivo por igual período. \_\_\_\_\_

---Os Membros Fernando Augusto Pereira, Filipa Alexandra Costa Lourenço e Joaquim José Brandão Pires solicitaram a substituição tendo sido substituídos pelos Membros Ana Celina Caetano Dias, substituída por Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação; pelo Membro Aurélio de Jesus Domingos Cavaco, substituído por Marcelino António Justo Teixeira; pelo Membro Rui Manuel Pereira António, respectivamente. \_\_\_\_\_

---O Membro Filipe Vasques Neto Lopes solicitou substituição tendo sido substituído pela Membro Ana Paula Nobre Galhardo, substituída por Miguel Jorge de Lucas Teixeira, substituído por Luís Paulo Marques. \_\_\_\_\_

---Faltaram à Sessão os Membros Joaquim da Conceição Messias Santos, Luís Paulo Marques, Paulo Renato Faleiro Silva e Rui Manuel Pereira António. \_\_\_\_\_

---Efectuada a chamada e tendo constatado que haviam vinte e quatro presenças, o Presidente da Assembleia iniciou a reunião com a aprovação da acta de vinte e oito de Fevereiro já em posse dos membros e, indagando se alguém se queria pronunciar sobre a mesma, o que não se verificou, colocou a referida acta a votação que foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor e duas abstenções. \_\_\_\_\_

---Os Membros José Vitorino Rodrigues Pereira e Marcelino António Justo Teixeira entraram na sala às vinte e uma horas e quinze minutos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia informou que, entre a última e a presente Assembleia, se tinham realizado várias reuniões de Comissões, fundamentalmente, o Conselho Municipal de

Educação e a CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e que mesmo naquele dia se tinha realizado o Conselho Municipal de Segurança. Assim, tendo o Membro Rui Horta participado na reunião da CPCJ, pedia-lhe que informasse os presentes do que lá se tinha passado. Posteriormente, ele próprio elucidaria quanto às outras duas reuniões por ter sido quem tinha estado presente. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta disse que iria apenas efectuar dois ou três breves comentários sobre o assunto. Tinha estado presente na última reunião e, normalmente as reuniões efectuavam-se para se debaterem alguns temas, para se abordarem alguns assuntos, para se prestarem informações sobre a situação quer a nível Concelhio quer a nível Nacional, contudo, a reunião realizada não tinha tido essas componentes já que tinha servido para se constituírem, dentro dos membros presentes e, eram muitos, rondando vinte, grupos de trabalho para a promoção e desenvolvimento de algumas actividades relacionadas com a juventude, com os seus problemas, para serem apresentados, nos meses seguintes, na cidade e nas escolas. \_\_\_\_\_

----Não dispendo dos números certos, tinham sido criados, seguramente, sete ou oito grupos de trabalho. Tinha sido integrado num grupo com mais quatro pessoas que também participavam e tinham escolhido como tema de debate a sexualidade na educação das crianças. A abordagem do tema iria ser efectuada com um concurso de fotografia que seria realizado ao nível das escolas e, eventualmente, pois pensava já existirem contactos em curso com a Câmara Municipal, seriam expostos num espaço público. \_\_\_\_\_

----Para além do relatado, a CPCJ continuava a acompanhar as situações normais, pretendendo efectuar, nos próximos meses, a apresentação dos trabalhos propostos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou que se tinha realizado no dia vinte e dois de Março passado, o Conselho Municipal de Educação, onde tinha estado presente o Director Regional de Educação que tinha vindo transmitir ao Conselho, a não integração, no próximo ano lectivo, do Concelho de Tavira nos chamados Mega Agrupamentos. Esta tinha sido uma notícia muito bem recebida por motivos óbvios e, portanto, tinha constituído uma das principais situações ocorridas no Conselho Municipal de Educação. \_\_\_\_\_

----Tinham sido prestadas informações referentes às refeições escolares, ao seu concurso e outros assuntos correntes sobre a educação e ensino no Concelho de Tavira. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, que se tinha realizado naquele mesmo dia, pedia ao Presidente da Câmara que, se assim o entendesse, acrescentasse alguma coisa,

pois ele tinha tido que se ausentar mais cedo por força da Assembleia Intermunicipal que se tinha realizado em Faro, o que o tinha levado a ausentar-se antes do final da reunião, pelo que, não sabia se teriam sido discutidos alguns assuntos com interesse para a Assembleia Municipal.

----Assim, passou a palavra ao Presidente da Câmara para que dissesse o que entendesse. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara explicou que o Presidente da Assembleia tinha saído mais cedo por ter que estar presente noutra reunião. Basicamente, o que tinham feito no Conselho Municipal de Segurança, era preparar o Verão em Tavira, conforme constante da Ordem de Trabalhos e, que constituía uma actividade importantíssima para todos, reafirmada pelo Executivo e por si próprio, que pretendiam manter os mesmos horários de funcionamento que tinham sido alargados no ano anterior. Assim, iria haver o horário de Verão para permitir a actividade comercial, colocando Tavira no mesmo patamar dos outros Concelhos do Sotavento do Algarve, assumindo estes horários, tentando criar postos de trabalho, o que se relacionava obviamente, com uma componente fortíssima de segurança. \_\_\_\_\_

----Tinha sido efectuado o ponto de situação, já tendo sido avaliada a situação do ano anterior em que todas as forças de segurança tinham intervindo. Tinham-se debruçado sobre as Ilhas de Tavira e o seu policiamento, precauções a tomar e, obviamente, no modo como tinham actuado no ano anterior. \_\_\_\_\_

----Tinham ainda, abordado o circuito dos estrangeiros, questões identificadas de risco potencial, situações de algum tráfico, situações de criminalidade ligada à tóxico-dependência, situações identificadas, a questão da Ponte Romana, os vendedores ambulantes, situações potenciais de perigo, nada de alarmante, contudo, identificado. \_\_\_\_\_

----Nesta sequência tinham sido lançadas as bases para poderem trabalhar mais voltados para o futuro e quanto à componente de segurança, retomado o espírito do ano anterior onde tudo tinha corrido manifestamente pelo melhor devido à entreadjudada de todas as forças de segurança. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara informou também, que tinha participado na reunião do Conselho Municipal da Juventude. Tinha sido a primeira reunião, a de instalação, onde estiveram presentes cerca de dez ou doze Entidades do Concelho, o que representava um pouco mais de metade, já que no total eram quinze ou dezasseis. Na prática, tinham realizado a instalação, esclarecido um conjunto de regras básicas entre todos e tinham trabalhado no programa da Semana da Juventude que, como sabiam, no corrente ano tinha sido transferido do período da

Páscoa, data em que se tinha realizado no ano transacto e, cujo tempo não tinha ajudado por ter chovido praticamente a semana toda, e os jovens, nomeadamente os da Escola Secundária de Tavira que tinham sido os organizadores da Semana da Juventude, apanhado “um balde de água fria” porque tinham o programa e tudo organizado. O tempo tinha estado bastante mau, com frio e chuva. \_\_\_\_\_

----Quanto ao corrente ano, a proposta era de transferir a Semana da Juventude, como sendo um balanço final antes dos exames, ou seja, os jovens efectuavam os testes, realizavam a Semana da Juventude e depois, aqueles que estivessem em fase de exames, preparar-se-iam para tal. Por isso, tinham decidido encaixar nessa data, na semana entre nove e catorze de Junho. Estava marcada para a semana em cujo o último dia era o dia cinco de Junho, tendo ele alertado, para o facto de ser importante reprogramar porque o dia 5 de Junho, seria o dia das eleições legislativas, pelo que, tanto no dia de reflexão como no dia das eleições era importante que não houvesse ninguém ocupado com coisas desta natureza para de alguma forma ninguém se sentir coibido por ter que estar em determinado local a determinada hora. Assim, tinha-se verificado uma pequena reprogramação para que todos, aqueles que votavam, pudessem exercer o seu direito de voto. \_\_\_\_\_

----Tinha sido criada uma Comissão permanente, ou seja, tinha sido criado um pequeno núcleo Executivo do Conselho Municipal de Juventude para efectuar o acompanhamento dessa questão. \_\_\_\_\_

----Ficou ainda programada uma futura reunião a realizar antes do Verão para a validação do programa final da Semana da Juventude, estabelecido prazo até à seguinte terça-feira para que dessem contributos para a referida semana e, programada uma reunião para o período subsequente às férias, no mês de Outubro. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara concluiu dizendo que tinha sido uma reunião muito interessante e que os jovens estavam todos motivados para participarem nas actividades municipais, o que era importante. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e informou que nesse mesmo dia, como já havia sido dito, se tinha realizado a Assembleia Intermunicipal com três pontos na Ordem de Trabalhos. Tinha sido uma Assembleia simples, pacífica, não tendo qualquer problema na aprovação das contas, apenas efectuada uma pequena alteração ao quadro de pessoal que era resultante da admissão de novos funcionários mas sim da mobilidade de uma funcionaria, pelo que, tinha

havido necessidade de refazer o quadro de pessoal. \_\_\_\_\_

----Relativamente às informações prestadas na Assembleia, destacou uma informação prestada pelo Presidente do Executivo da AMAL –Área Metropolitana do Algarve e que se prendia com as dívidas dos Municípios algarvios às Entidades que por eles tinham sido criadas. No actual momento, o montante da dívida era de cinquenta milhões de euros sendo quarenta milhões às Águas do Algarve, de os restantes dez milhões, cinco à ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA., entre outras. O Presidente do Executivo da AMAL tinha lamentado ainda, que os Municípios não pagassem as suas próprias quotas, o que provavelmente estaria relacionado com a crise, mas que teria que começar a preocupar os algarvios. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que apenas gostaria de dizer algo sobre essa matéria e que era importante frisar. O Município de Tavira tinha feito por cumprir os pagamentos institucionais a outras Entidades, pelo que, se os presentes avaliassem a relação que lhes tinha sido distribuída, no quadro referente à AMAL, verificavam que o valor em dívida era irrisório, estando as quotas liquidadas. O valor da dívida era de dois mil euros relativos ao programa comunitário PYROSUDOE cuja comparticipação era paga de seis em seis meses e por isso não estava contabilizada. \_\_\_\_\_

----Ainda, nessa linha de pagamentos, estavam registados dois milhões e duzentos mil da TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. às Águas do Algarve, o que representava um valor fictício resultante de duas acções judiciais que as Águas do Algarve tinham movido contra a TaviraVerde referentes a uma questão de caudais mínimos e sobre as quais, o Tribunal Administrativo se tinha declarado incompetente para julgar, remetendo o processo para o seu início. Teoricamente, no presente momento, o potencial valor da dívida, dois milhões de euros, que estava identificado pelas Águas do Algarve, era de zero. Existia um diferendo com as Águas do Algarve que estavam a tentar resolver, mas o valor de dois milhões mencionado na tabela, em relação ao Município de Tavira era de zero por o Tribunal, após a relação feita, ter decidido não ter que se pronunciar sobre essa matéria alegando ser uma questão da Comissão ou Tribunal Arbitral. \_\_\_\_\_

----Acrescentou, que queria apenas dizer, que estavam a fazer um grande esforço para pagar os compromissos institucionais mas queria dar conta e já o havia dito nas reuniões da AMAL, nomeadamente na última, que se não se verificasse uma participação dos Municípios no pagamento das suas contas institucionais, o Município de Tavira entraria voluntariamente em

incumprimento. Tinha sido simples, directo e conciso para ver se os outros Municípios também começavam a cumprir, por só à AMAL deviam duzentos e cinquenta mil euros de quotas. Comunicou que só queria dar conta da posição que tinha tomado em nome do Município, porque Tavira fazia por ter as contas em ordem prescindindo de muita coisa, como os Presidentes de Junta já tinham sentido no corrente ano, devido às reduções que lhes tinham sido aplicadas, para que pudessem ter as contas em ordem. Reafirmou que só queria dar nota na posição que tinha tomado e que era uma posição importante, pois pensava que o Concelho de Tavira era dos poucos, não querendo dizer o único, mas dos poucos que estava em cumprimento. Não disponha ali da tabela mas pensava que era interessante mostrá-la, pelo que, a levaria em próxima Assembleia Municipal, actualizada com os valores em causa, para que os membros tomassem conhecimento do nível de compromisso que o Município de Tavira estava a ter para o cumprimento das suas obrigações. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que, na sua opinião, esta situação era vergonhosa, pelo que, o Presidente da AMAL e bem, tinha efectuado inúmeros apelos, contudo, não estava a ser fácil. \_

---Concluiu que como os membros sabiam estavam com algumas dificuldades sérias mas que não ficaria bem se o Órgão Executivo não informasse a Assembleia da posição que havia tomado na deliberação da AMAL. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia disse que ainda antes de entrar na Ordem de Trabalhos iria pedir aos membros que se inscrevessem para falar de assuntos que não constassem da Ordem do Dia. Passou a palavra à Membro Isabel Santos. \_\_\_\_\_

---A Membro Isabel Santos disse que gostaria de pedir ao Presidente da Câmara alguma informação que pudesse prestar sobre o arranjo da estrada de Cachopo. Sabia que estavam presentemente numa situação difícil e que, possivelmente, muitas obras que gostariam de fazer não podiam ser levadas a cabo, mas esta tinha sido uma das obras que a CDU – Coligação Democrática Unitária tinha ali apresentado. Assim, pedia alguma informação sobre a situação em que a estrada de Cachopo se encontrava, se iria iniciar obra pois havia um troço que tinha uma certa urgência. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que a reparação da estrada de Cachopo se prendia com um problema que não tendo sido criado pela Câmara, mas que tinham que resolver. Quando a REN - Rede Eléctrica Nacional tinha resolvido fazer o investimento de sessenta milhões de euros com a implementação da plataforma no Sítio da Amoreira em Cachopo, para exportar energia,

a estrada estava má, estando actualmente péssima e a carecer de reparação urgente que representava um custo aproximado de cinco milhões de euros. Informou que tinha vindo a ter conversas com a REN porque os seus camiões tinham todos passado por aquela estrada. A primeira conversa com a REN tinha sido no sentido de que eles pagassem a parte da reparação, pelo menos, nas zonas onde, claramente, tinham desgastado mais. \_\_\_\_\_

----Não tinha sido a primeira coisa que tinham feito quando chegaram à Câmara mas, seguramente, tinha sido das primeiras. Já tinham tido duas reuniões com a REN, uma em Lisboa e outra no próprio local da obra, e tinham a estrada toda fotografada, pelo que, esperavam que no fim da intervenção quando os camiões deixassem de passar por lá, a REN, através do seu empreiteiro geral, a SOMAGUE, assumisse a primeira parte da reparação, pois, caso contrário teria que ser a Câmara o que obviamente, iria gerar um conflito importante para serem ressarcidos daquilo que eles tinham destruído pois haviam provas documentais através de fotografias. \_\_\_\_\_

----Continuou informando que o que não podiam fazer era intervenções antes da instalação da plataforma estar terminada, não havia qualquer concurso havendo, devido a não existir verba para pavimentar toda a estrada, apenas uma primeira solução de pavimentação urgente que seria executada por troços, a serem pavimentados o mais rapidamente possível. \_\_\_\_\_

----A pavimentação e pintura da estrada entre Alcaria Fria e Alcaria do Cume já se encontravam concluídas e pensava que todo o material pesado já tinha passado. \_\_\_\_\_

----Existia ainda outra questão que estava prevista no Malhito mas que talvez não fosse possível lá chegar. Estava relacionada com a colocação de dezanove eurogeradores que iriam passar todos por aquela estrada, o que era para ter acontecido no corrente mês mas teve que ser adiado para Maio, pois o processo tinha sido submetido á Câmara, estava prestes a ser licenciado e por isso a empresa estava a aguardar para poder colocar os dezanove eurogeradores, o que representava mais um sacrifício para a estrada que, pensava, já não pudesse suportar até a operação estar concluída. A colocação desse equipamento tratava-se de um investimento substancial mas que, de facto, tinha vindo a causar constrangimentos gravíssimos à estrada. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que os membros tinham toda a razão em pedir uma estrada nova para Cachopo, que era mais que justa e necessária. O Executivo iria tentar fazer com que pagassem aquilo que estavam a destruir e embora a Câmara tivesse que pagar algumas partes,



seguramente, alguns troços seriam, certamente, reparados pela empresa. Porém, não conseguia indicar datas, sendo da máxima urgência, pelo que, estavam a tentar que cada um assumisse as suas responsabilidades. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que esperava ter respondido o melhor possível dentro do contexto actual, que recebia, diariamente, reclamações referentes à estrada de Cachopo e que tinham razão. \_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Rui Horta. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta iniciou a sua intervenção dizendo que aproveitava as palavras do Presidente da Câmara com a expressão de que “todos os dias recebia reclamações”, e perguntava se já tinha conhecimento do projecto “A Minha Rua”. Tratava-se de uma aplicação informática que era disponibilizada através de sites, pensava que no da Loja do Cidadão e outros, muito simples, onde bastava preencher um formulário com os dados pessoais e possuía uns campos em aberto onde se poderia colocar qualquer indicação sobre o que se passava de errado na “Rua” e, cuja reclamação era directamente remetida para a respectiva Câmara. Continuou dizendo que, tinha verificado que a Câmara de Tavira não tinha aderido a este modelo, que pensava existir em duas formas, uma disponibilizada pelo Estado e outra com a compra da aplicação por parte das Câmaras. Com base na questão de todos participarem um pouco mais e utilizando a expressão “todos os dias recebo reclamações” aquela aplicação constituía um serviço da Autarquia que depois de as receber, permitia o seu encaminhamento.

----Pensava que talvez fosse boa ideia verificar, a fim de indagar das vantagens ou não, pois, de facto, tratava-se de uma aplicação muito simples que permitia que todas as pessoas pudessem trabalhar e fazer chegar aos diferentes órgãos da Autarquia aquilo que observavam. As pessoas ao passarem por um determinado local, verificando algo que não gostassem e porque, o funcionário da Câmara não passava todos os dias, o Executivo também não, essas situações permaneciam durante semanas ou meses. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que se todos tivessem a possibilidade de se pronunciarem talvez valesse a pena. Deixava, portanto, a sugestão. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que presentemente, os cidadãos já podiam fazer precisamente o mesmo, pois no site da Câmara existia uma parte interactiva de onde ele recebia reclamações, sugestões e queixas dos cidadãos que entravam directamente nas suas tarefas e que depois seguiam para um circuito de reclamações distribuídos pelos Vereadores.

Não existia “Na Minha Rua” mas o conceito era o mesmo podendo-se efectuar o descritivo e até anexar fotografias. \_\_\_\_\_

----A Vereadora Ana Paula esclareceu que no site do SIG – Sistema de Informação Geográfica, as pessoas podiam localizar-se na sua rua e escreverem. Não tinham aderido ao citado que era uma das medidas do Simplex Autárquico, precisamente porque já estavam a desenvolver esse serviço no site, já sendo possível fazê-lo, sendo directamente encaminhados para o Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara enfatizou que o serviço já existia e todas as situações eram reencaminhadas para ele próprio, mas que tinham coisas mais importantes para resolver do que questões de imagem. Já tinham visitado vários sites porque tinham que mudar a página actual tendo intenção, há já algum tempo, de a transformar num portal, pelo que, tinham andado a ver algumas soluções, contudo, ainda não tinham tido liquidez para o fazer pois não se tratava de uma prioridade. Estavam a verificar a possibilidade de obter algum financiamento para transformar o site num portal, como por exemplo, existia em Vila Real de Santo António, ou noutras terras que tinham o mapa da cidade, tal como Tavira, no SIG, e que permitia identificar e resolver, por parte dos serviços, pontos concretos de problemas através de um mapa cartográfico, em cartografia. \_\_\_\_\_

----Tavira tinha uma página mas por norma todas evoluíam para portais. A página tinha um conjunto de serviços interactivos e apesar de terem visto esse serviço, que até não era muito caro, tinha que ser enquadrado numa linha um pouco mais alargada e ainda não tinha havido possibilidade. \_\_\_\_\_

----Acrescentou ainda, que lhe estava a dizer a Vereadora Ana Paula que actualmente com a questão da cartografia que tinham lançado, havia um serviço de Mapas de Tavira, onde os comerciantes que assim o pretendessem poderiam fazer publicidade, identificando as suas lojas e ficando no roteiro dos mapas de Tavira. \_\_\_\_\_

----Disse que tinha recentemente, tomado conhecimento, e para dar uma ideia do quão evoluído era o sistema da Câmara, que o Simplex e a Agência de Modernização Administrativa tinham identificado esse serviço como um dos avanços tecnológicos que poderia vir a ser sujeito a uma nomeação qualquer. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se haviam mais inscrições antes da Ordem do Dia, o que, não se verificando passou ao ponto número um da Ordem de Trabalhos com a apreciação

da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade municipal, a quem passou novamente a palavra. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que ia mostrar algumas das coisas que tinham acontecido até àquela data. \_\_\_\_\_

----No primeiro diapositivo, mostrou três exposições a decorrer no actual momento, “A Cidade e os Mundos Rurais” que estaria em exposição até Junho, o “Lapso do Tempo” de Luís Ramos e a exposição do “C/O Poste Restante” que tinha inaugurado no dia dezasseis anterior, estando actualmente em exposição. Informou que estavam a ter uma fortíssima adesão ao Museu Municipal que lhes aprazava registar e como podiam verificar nos dias da Páscoa, tinha estado imensa gente em Tavira tendo havido muita adesão porque o tempo não estando bom o que tinha levado muitos a visitar as exposições. \_\_\_\_\_

----Mostrou imagens de um conjunto de oficinas de trabalho para jovens. \_\_\_\_\_

----Apresentou o Museu Municipal como Museu Interactivo e Pró-activo que estava, felizmente, indicado como um dos melhores museus nacionais e que tinha vindo a patrocinar um conjunto de passeios cuja adesão estava a ser crescente. Tinham-se realizado ainda, quatro passeios comentados. \_\_\_\_\_

---- Particularizando, mostrou imagens do passeio “Tecelagem”, “Arquitectura Rural Vernácula”, “Cidade e Mundos Rurais e “Conventos de Tavira” cujo último se tinha realizado na semana anterior. \_\_\_\_\_

----O quinto diapositivo abordava as comemorações do Dia Mundial da Árvore que, no corrente ano, tinha mantido a tradição mas com a introdução de um aspecto inovador. Tinham sido efectuadas duas actividades no mesmo dia porque, devido à falta de meios financeiros, tornava-se necessária a junção de actividades de modo a criarem algumas sinergias. Tinham levado um conjunto de miúdos para o Parque de Lazer da Conceição onde a inovação tinha consistido em ter uns animadores que sabiam trabalhar e que tinham cativado os miúdos. Tinha sido bastante engraçado e depois os miúdos tinham, obviamente, plantado árvores, actividade que à semelhança do ano anterior ele próprio tinha realizado. \_\_\_\_\_

----Mostrou o Dia Nacional dos Moinhos que tinha sido comemorado em Tavira com um passeio. \_\_\_\_\_

----Apresentou mais um conjunto de passeios comentados, na Rua dos Pelames e Convento da Graça que estavam relacionados com o abastecimento de água a Tavira da época Fenícia aos

dias actuais. Tinha-se celebrado assim, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. \_\_\_\_\_

----No oitavo diapositivo, o Presidente da Câmara mostrou um conjunto de conferências que se tinham realizado. Indicou um conjunto de palestras que tinham vindo a ser realizadas em acção conjunta da Câmara com o Regimento de Infantaria 1, conjugando assim as sinergias e tentando encontrar datas que não sobrepujassem datas. Pensava que essa distribuição era importante de modo a que, praticamente todos os dias houvesse alguma, o que tinham vindo a acontecer, também com o Quartel. \_\_\_\_\_

----Estava-se pois, a realizar o Segundo Ciclo de Conferências com “O Algarve e as Guerras Liberais”, “Relações Ibéricas e a gestão partilhada da água na actual Al-Andaluz”, a conferência subordinada ao tema “Portugal e a Guerra Civil Espanhola” e o “Encontro da Palavra Ibérica”, que tinham decorrido todas na Biblioteca Municipal. Na sexta-feira seguinte, ir-se-ia realizar nova conferência. \_\_\_\_\_

----O nono diapositivo representava o apoio à edição de dois discos de artistas locais, o Professor Josué na guitarra e Luís Conceição ao piano. Tinha editado duas obras da Academia de Música de Tavira o que constituía um sinal importante, tendo o Município dado o seu apoio para que editassem obras originais, um na viola outro no piano. \_\_\_\_\_

----Seguidamente realçou dois momentos que pensava terem sido muito interessantes e que também tinham contribuído para que Tavira entrasse um pouco mais no mapa, o que tinha bastante importância, porque entrar no mapa em época baixa e não só em época alta, quando já existiam muitas pessoas em todo o lado, era necessário atrair pessoas em época baixa pois o comércio agradecia, os postos de trabalho agradeciam e o movimento fazia-se, sendo isso o que importava. \_\_\_\_\_

----Tinha-se realizado um concerto de Rodrigo Leão, que não tinha sido organizado pela Câmara mas para o qual tinham disponibilizado os meios, pois tendo conhecido o Teatro quando andava em digressão tinha escolhido Tavira para realizar um concerto. \_\_\_\_\_

----O concerto de Sérgio Godinho foi organizado pela Câmara Municipal tendo dado origem a muita especulação relativamente ao seu custo. A integração do concerto por altura da Feira da Serra justificava-se porque tinham entendido que já não estava a passar uns bons dias, estava numa fase bastante fraca, o que já se tinha verificado no ano transacto e não era resultante do factor tempo que até não estava mau. Assim, no corrente ano, tinham decidido criar um evento para de alguma forma reanimar e trazer mais gente, para as pessoas conhecerem a Feira da

Serra e, sobretudo, era justificável porque se tratar de um fim de semana prolongado com o dia vinte e cinco de Abril. Tinham tido a oportunidade de trazer o Sérgio Godinho que tinha atraído imensa gente a Tavira, que seguramente, também tinham vindo pela Feira da Serra. Tinham começado a chegar a partir das dezoito horas, visitado a Feira da Serra, passado pela restauração local e depois assistiram ao concerto. De acordo com o número estimado pela PSP - Policia de Segurança Pública teriam estado, na Praça da República, cerca de cinco mil pessoas, num momento que pensava ter sido muito interessante para Tavira e para as pessoas que tinham vindo em visita, criando uma dinâmica na terra com um concerto muito simpático em véspera do 25 de Abril. Realizou-se no dia vinte e quatro por ser Domingo, sendo Segunda-Feira feriado, quando se realizou uma Sessão Solene, e permitido prolongar o fim-de-semana das pessoas que estavam em Tavira e que tinham programado as suas férias na Páscoa. Tinha sido um bom momento pois actualmente todos gostavam de Sérgio Godinho, tendo deixado de ser um património da esquerda, ou da velha esquerda ou da esquerda mais à esquerda, sendo actualmente um património da esquerda e da direita pois todos gostavam e cantavam Sérgio Godinho. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao décimo primeiro diapositivo, o Presidente da Câmara realçou uma conferência de imprensa, realizada em Fevereiro passado, respeitando a prática adoptada de dar uma conferência de imprensa quando os programas eram fechados. A mostrada referia-se à apresentação da programação de Primavera, que incluía os meses de Março, Abril e Maio e que também era feita aos hotéis. \_\_\_\_\_

----Assim, era efectuada uma apresentação prévia, quer à comunicação social quer aos hotéis, para que tivessem conhecimento e, no caso dos últimos, para colocarem nos roteiros das reservas de modo a que as pessoas ao efectuarem as suas reservas para virem para Tavira pudessem saber o que iria acontecer enquanto estivessem de férias. \_\_\_\_\_

----Mostrou ainda outra apresentação à comunicação social, esta referente ao novo tarifário da TaviraVerde, onde estiveram, ele próprio e o Eng. Chaves Ramos, ele em representação dos cinquenta e um por cento da Câmara Municipal e o Eng. Chaves Ramos em representação de quarenta e nove por cento da AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA. Neste novo tarifário constatava-se que as tarifas fixas tinham efectivamente baixado para o consumidor doméstico e tinham havido alguns acertos, nomeadamente na área comercial para os comerciantes e para os hotéis onde se tinham verificado alguns acertos em alta, sendo certo

que todos os consumidores domésticos até quinze metros cúbicos viam baixar a sua tarifa. Todas as tarifas fixas do consumo doméstico tinham baixado dois, vírgula cinquenta e dois por cento, tendo para o comércio, na conjugação das tarifas fixa e variável até quinze metros cúbico, baixado quarenta por cento. Relativamente á tarifa fixa para deficientes, idosos e carenciados baixou setenta e cinco por cento. \_\_\_\_\_

----Continuou informando que já possuía os dados do primeiro mês de facturação onde se poderia verificar que tinha havido um desagramento da tarifa do consumo doméstico, em noventa e quatro por cento. Contudo, era importante dizer que obviamente, tinham tido que compensar a perda destes valores com o aumento da tarifa dos comerciantes, mas apenas alguns, dos hotéis, daqueles que mais consumiam, que mais gastavam, porque as tarifas variáveis tinham aumentado a partir dos quinze metros cúbicos, e era onde se incluía a Câmara para dar o exemplo de poupança de água de modo a não aumentar a ela própria a tarifa e, ainda, a tarifa dos jardins. \_\_\_\_\_

----Tinham efectuado a apresentação e era importante dizer, que tinham cumprido assim o que tinham escrito no programa eleitoral no seu ponto número dez referente à redução das tarifas fixas. \_\_\_\_\_

----No diapositivo seguinte mostrou dois momentos que, na sua opinião, um tinha sido melhor que o outro. Relativamente às crianças, no presente ano, tinham indicado um tema, o ambiente e a biodiversidade e realizado um concurso e desfile alegórico. Quanto ao modelo Carnaval em Tavira, depois da realização do corrente ano, tinha que ser revisto, ou sofria um “upgrade” ou um “downsising”, pois tinha que ser revisto já que o modelo actual estava absolutamente esgotado, tendo sido essa a avaliação que tinha realizado logo nos dias subsequentes, pois costumavam fazê-lo e tinham concluído que o actual modelo estava esgotado tendo, por isso, que pensarem noutro modelo. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara mostrou imagem do Festival de Gastronomia Serrana ao qual se seguiria o do Mar. Pensava que tinha corrido muito bem e era uma tradição muito interessante em Tavira que cada vez tinha mais aderência, não tendo, o corrente ano, sido excepção e pensava que os restaurantes aderentes tinham ficado bastante contentes em participar. \_\_\_\_\_

----No diapositivo seguinte fez alusão à “Maré de Contos” que tinha tido várias actividades ali enumeradas, realizadas no passado mês de Março e cuja semana tinha tido um conjunto de actividades culturais que movimentaram as pessoas, e o “Rock da Baixa Mar”. \_\_\_\_\_

---Mostrou depois, a presença da Embaixadora da Polónia que tinha efectuado uma visita de dois dias ao Concelho de Tavira, tendo como motivo principal a colocação, com honras militares, da lápide no tumulo do General Chelmicki, onde o seu corpo já não se encontrava mas onde tinha estado até há muito pouco tempo, pois tinha sido ali que estivera sepultado. \_

---Realizou-se na Pousada, a Assembleia Geral da Rede Avec da Associação Europeia das Cidades de Cultura da qual Tavira fazia parte já há algum tempo, tendo que se deslocar muitas vezes ao estrangeiros mas que desta feita tinha calhado a Tavira a organização, tendo estado presentes entre quarenta a cinquenta pessoas. Pelas cartas em francês que havia recebido, pensava que tudo tinha corrido muito bem porque os comentários eram bastante favoráveis. \_

---Relativamente ao diapositivo seguinte, falou sobre a inovação que tinham efectuado para tentarem dar mais serviço ao transporte público urbano, tendo passado de um para dois autocarros. Contudo, estavam a enfrentar alguns problemas de integração e assimilação dos novos horários por parte da população, nomeadamente, mais sénior, que ainda estavam algo baralhados com os novos horários. Porém, o serviço era manifestamente melhor do que o existente. A volta era agora efectuada em metade do tempo, chegava a mais destinos, permitia cruzar, ou seja, era melhor para a população apesar da população mais sénior estar ainda um pouco embaralhada nos horários, pelo que, possivelmente teriam que colocar duas pessoas nos autocarros, uma em cada um, para explicar como é que eles funcionavam porque o primeiro mês não tinha sido muito fácil, aliás, devido ao autocarro já tinham recebido mais reclamações que em ano e meio. Assim, verificavam ali algum problema de assimilação que pensava estaria resolvido no mês seguinte devido a alguma correcção que provavelmente teriam que fazer. \_\_\_\_

---Mostrou que Tavira estava a ser conhecida também na área da gastronomia, o que era importante como motivação turística e de deslocação das pessoas, nomeadamente, em época baixa. Tinham vindo a tentar apostar nisso, tendo este sido o segundo ano em que se tinha realizado o Algarve Chefs Fórum que tivera a participação de muitos chefes de diferentes e importantes proveniências e que apenas pela sua presença, Tavira já se tinha tornado conhecida. Tinha-se realizado no Hotel Albacora com o Atum como tema e eles tinham manifestado o seu agrado por participar. Tinha correspondido a um dia de trabalho para profissionais que tiveram uma acção de formação que, certamente, se iria repercutir nos pequenos aspectos importantes do dia a dia. \_\_\_\_\_

---Referenciou que sobre a terceira Feira da Serra já tinha falado. \_\_\_\_\_

---O décimo nono diapositivo era referente ao cartaz da Semana Santa que considerava que estavam a avançar no conceito de procissões e actividades religiosas para um conceito de Semana Santa, que na sua opinião, era importante. Tinham trabalhado conjuntamente com os Párocos locais e com alguma antecipação, na montagem de uma Semana Santa com algumas inovações que pensava terem corrido muito bem. Tinha-se verificado um crescimento na área dessa Semana que se iniciou com uma Via Sacra que atravessou toda a cidade e que teve a participação de imensas pessoas, seguindo-se uma sucessão de procissões, culminando com a procissão de Sexta-Feira Santa, realizada à noite e que pensava ter tido muita dignidade. No corrente ano, tinham juntado à procissão um elemento musical para de alguma forma preencher os espaços nos locais que habitualmente estavam mais vazios, nomeadamente na zona do cinema, pois quem tivesse visto a procissão do ano transacto tinha certamente verificado que essa zona mais parecia um deserto que a procissão tinha que atravessar. Contudo, no presente ano, quem viu, reparou com certeza que tinha muito mais pessoas. \_\_\_\_\_

---Continuou dizendo que, de alguma forma, esse preenchimento do circuito dando um grande envolvimento da religiosidade, que era importantíssimo, pensava ter sido mais uma conquista, com cânticos de alguns trechos musicais em determinados locais estratégicos e que teria vindo, certamente, para ficar, sendo o grupo muitíssimo bom. \_\_\_\_\_

---No ano anterior, tinham proposto aos Párocos que juntassem os panos e os archotes, no corrente ano juntaram a música, ou seja, estavam a tentar criar um destino específico para a área do turismo religioso que também era importante porque, nomeadamente, atraía o mercado espanhol e Tavira vivia disso, pelo que, deveriam trabalhar nessa questão. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao cartaz, disse que embora o do ano transacto não fosse mau, o do corrente ano era muito bom. \_\_\_\_\_

---Passando a novo diapositivo, continuou particularizando a procissão da noite onde esteve presente muita gente e o grupo coral tinha cantado logo nas escadinhas da Misericórdia. Tinha-se realizado também, o concerto da Quaresma, na Igreja de Santiago com a participação do Grupo Coral de Tavira, onde a Vereadora Ana Paula tinha estado em representação da Câmara.

---Passando às realizações desportivas, o diapositivo seguinte mostrava cartaz do passeio de BTT, nas Abas da Geada, onde o tinham inscrito mas que faltara, tendo comparecido apenas ao almoço. Contudo, tinha visto lá grandes atletas mesmo apesar do imenso frio que se fazia sentir, o Presidente da Junta tinha estado impecável e tudo tinha corrido muito bem. Queria



pois, parabenizar a Junta de Freguesia de Santa Catarina porque, de facto, tinha sido um momento muito interessante e com autênticos atletas. \_\_\_\_\_

----Tinha-se realizado também, o passeio de cicloturismo “Nas Terras de Santa Maria”, o Estágio Regional de Karaté, uma prova de natação de preparação de cadetes e duas provas de vela, o Campeonato Ibérico 420 para juniores e a segunda prova do Ranking Regional. \_\_\_\_\_

----Também o Tavira Sailing, que tinha deixado propositadamente para o fim, para realçar o que se fazia de bem e que também era ousado da parte de um clube, o Clube Náutico de Tavira, que tinha concorrido, ainda ele não era Presidente da Câmara, aos Campeonatos Internacionais Europeus de Vela 420 e Optimist e que tinha ganho, tal como havia ganho a realização do Campeonato Mundial em dois mil e catorze, o Campeonato do Mundo da Juventude ISAF. Assim, em 2014 também se irá realizar em Tavira, uma prova internacional que será o Tavira Sailing II, à qual se irão juntar mais algumas. \_\_\_\_\_

----O Tavira Sailing era já uma marca, um destino que tinha sido criado com muita qualidade e que era muito bem organizado. Tratava-se de uma composição de seis regatas, seis provas internacionais. No fim-de-semana anterior tinham estado em Tavira, cento e quarenta velejadores e suas famílias o que tinha contribuído para juntar mais gente. Tinha sido um momento muito interessante. Informou ainda, que ir-se-iam realizar um conjunto de regatas até ao mês de Agosto seguinte e para as quais a Câmara tinha dado o seu apoio cujo valor unitário, que tinham decidido atribuir, estava inscrito nas Grandes Opções do Plano. Queria ainda, apreciar o esforço do Clube Náutico que, verdadeiramente, tinha que encontrar receitas para suportar todas estas realizações pois o financiamento da Câmara não era suficiente para realizar toda esta organização que tinha muita qualidade e que era reconhecida por todos. Tinham tido oportunidade de conversar com o Presidente da Federação Portuguesa de Vela que tinha estado em Tavira no fim-de-semana anterior. Tavira era actualmente a Capital da Vela tal como constava no cartaz porque era a única terra em Portugal que tinha tantas provas e com continuidade, na totalidade eram seis. \_\_\_\_\_

----O diapositivo seguinte mostrava um cartaz do Raid de BTT, “Terras da Conceição” que se tinha realizado e outras actividades desportivas como tiro ao alvo, petanca, futsal, ténis de mesa e a alusão ao International Sports Meeting que também já era tradicional e que se tinha realizado no fim de semana anterior. No encontro tinham estado quatro mil atletas de todos os tipos de desportos e embora o tempo não estivesse estado bom, parecia que não se tinham

importado a julgar por uma reportagem televisiva que tinha visto. \_\_\_\_\_

----Seguidamente mostrou fotografias da marcha passeio realizada pela luta contra o cancro da mama que, infelizmente, tinha ocorrido com bastante chuva e, ainda, um conjunto de marchas passeio Concelhias que, no presente ano, estavam a correr muito bem e sendo bastante bem organizadas pela Casa do Povo de Santo Estêvão. Pensava que se estendiam por todas as Freguesias e na opinião generalizada estavam muito bem organizadas. \_\_\_\_\_

----Para terminar os eventos, o Presidente da Câmara, referiu que Tavira recebeu pelo segundo ano, a prova todo o terreno da Baja Carmim. \_\_\_\_\_

----Passando às obras e urbanismo, mostrou diapositivos sobre algumas intervenções que tinham vindo a ser executadas. \_\_\_\_\_

----Primeiro, o acesso entre a Rotunda do Golfista e a Rotunda de acesso a Cabanas que já se encontrava concluída e com as devidas marcações. \_\_\_\_\_

----Depois mostrou uma obra que já tinha começado, o Centro Escolar da Horta do Carmo, para a qual já possuíam o Visto do Tribunal de Contas e que tinha sido consignada no passado dia onze de Abril. Indicou a marcação do centro e chamou à atenção para o facto de já se poderem ver movimentações de terras e se encontrar toda vedada. O prazo de construção era até dezoito meses, mas a ideia era a de receberem a obra terminada para o ano lectivo de dois mil e doze, Setembro, que seria antes do tempo, pelo que, iriam ver se seria possível. \_\_\_\_\_

----Já estavam concluídas mais duas intervenções. O muro de suporte do Barranco da Nora com a pavimentação da estrada e, a requalificação do pavimento na Travessa do Forte junto à Igreja da Misericórdia, que tinha sido toda requalificada porque as pedras estavam sempre a saltar, o que resultava de uma má recepção da obra anterior que tinha ficado bastante mal. Assim, tinham tido que efectuar o arranjo o que tinha significado mais um gasto para arranjar o que outros não haviam feito, contudo, isso fazia parte do processo e actualmente estava compacto.

----Passando à Modernização Administrativa mostrou o diapositivo referente ao que tinham falado anteriormente e que se referia ao lançamento, no passado mês de Março, da plataforma electrónica que estava a funcionar e bem, e sobre a qual já tinham recebido alguns elogios. \_\_\_\_

----Informou que a Câmara tinha visto renovado o seu Certificado da APCER – Associação Portuguesa de Certificação que era respeitante à qualidade nalguns serviços. Era importante que tivessem renovado o título pois queria dizer que não só não tinham perdido qualidade como até tinham melhorado, pois uma renovação implicava sempre uma avaliação. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara concluiu dizendo que tinham sido estes os acontecimentos desde a última Assembleia Municipal que, como poderiam verificar tinham sido bastantes e corrido bastante bem. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presentes pretendia intervir sobre a informação do Presidente da Câmara e passou a palavra ao Membro José Alberto Correia. \_\_\_\_\_

---O Membro José Alberto Correia disse que a Bancada do PS - Partido Socialista se congratulava ao ouvir as palavras do Executivo, nomeadamente em dois grandes aspectos estruturais. O cumprimento das promessas eleitorais num ano de crise onde tinham conseguido realizar uma medida paradigmática do programa eleitoral que nunca era demais lembrar para memória futura. Mais importante ainda, para a Bancada, ou pelo menos para ele, era a aposta na cultura e na cidade de Tavira em termos supranacionais e até internacionais que estavam a ter um impacto que talvez superasse as melhores expectativas, e falava disso como cidadão comum que estava nas Praças e nos locais e que via uma quantidade de gente imensa, o que era um bom sinal e, fazia votos para que esse esforço fosse mantido, não apenas no Verão, com a cultura no Verão como já vinha acontecendo, mas durante todo o ano o que era importantíssimo para todos os residentes. \_\_\_\_\_

---Para terminar disse que queria realçar um aspecto que consistia na necessidade de olhar para o que existia de muito, muito bom, em Tavira e referia-se ao Museu do Palácio da Galeria. Era reconhecido pelo Instituto, pela Direcção Nacional de Museus, como um dos melhores Museus do País, portanto, deveria ser feita vós, eco, visitas às várias exposições e existir a noção da qualidade que lá se encontrava, porque realmente, era uma qualidade que a todos, pelo menos a ele, honrava por ser um trabalho muitíssimo bem desenvolvido. Dava pois, os parabéns ao Vereador, mas seria necessário continuar porque os padrões actuais de exigência eram cada vez mais altos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou se haviam mais inscrições que, não se verificando, passou ao ponto número dois da Ordem de Trabalhos referente à eleição de representante das Juntas de Freguesia para o XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (efectivo e suplente), que se iria realizar no dia sete de Julho próximo, em Coimbra, e em cujo Congresso tinham acento o Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara e um Presidente de Junta de Freguesia eleito pela Assembleia. \_\_\_\_\_

---Referiu que como em situações desta natureza era sempre necessário prever as

impossibilidades de estar presente, tinham pois, que eleger entre os Presidentes de Junta de Freguesia, um efectivo e um suplente. Assim, passaria a palavra para a apresentação de sugestões, de propostas. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia disse que a Bancada do PS em comunhão com a Bancada do PSD - Partido Social Democrata propunham para votação, como efectivo o Presidente da Junta Carlos Alberto Pires Rodrigues e suplente o Presidente da Junta Leonardo António Gonçalves Martins. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria intervir, que não se verificando, pediu para serem distribuídos os boletins de voto porque tinha que ser efectuada a votação. Como se verificava apenas uma lista, bastaria votar sim ou não. \_\_\_\_\_

----A proposta foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e um contra, pelo que, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia seria o membro efectivo e o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, Leonardo Martins, o membro suplente, para o caso do Presidente Carlos Rodrigues não poder estar presente. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou ao ponto número três da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 58/2011/CM, referente à Suspensão da Aplicação da Componente Variável das Taxas de Apreciação Urbanística sobre a qual pediu ao Presidente da Câmara que desse uma explicação do pretendido com a presente proposta. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse, que basicamente, se tratava do facto de terem que olhar para o presente, para o futuro, para a actividade municipal e, sobretudo terem que actuar quando era necessário actuar. \_\_\_\_\_

----Como era do conhecimento geral, devido à crise que graçava no sector imobiliário mais valia ter alguma actividade do que nenhuma. Tinham constatado que havia um conjunto de empresários que tendo um conjunto de projectos não os submetiam á Câmara porque o Regulamento das Taxas Municipais que tinha sido aprovado em Agosto de dois mil e nove e entrado em vigor no dia um de Janeiro de dois mil e dez, sem ninguém poder fazer nada por ser obrigatório, continha um índice que dizia que na Câmara existia uma taxa de apreciação de projecto, ou seja, tinha que ser paga uma taxa por submeter um projecto à Câmara. Tratava-se de uma taxa fixa existindo uma outra taxa para o levantamento da licença do alvará, licença de construção. Na taxa de apreciação dos projectos o que tinha sido feito, tinha sido a criação de

uma sobretaxa, no Regulamento tinha sido criada uma sobretaxa pois, na prática, correspondia ao pagamento em duplicado da mesma coisa. A sobretaxa de apreciação do projecto tinha uma componente fixa que se iria manter, entre duzentos e trezentos euros, para a apreciação do projecto e, uma componente variável que dependia em função dos metros quadrados do alvo de intervenção, o que, fazia disparar a taxa para um valor muito elevado. Tinham-se verificado muitas reclamações por parte dos promotores imobiliários que obviamente, neste contexto, retardavam os investimentos. Esta situação conduzia ao facto de um dia a Câmara Municipal poder vir a não ter mais projectos para tratar por já ter tratado dos que tinha. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo que neste contexto tinham tomado a decisão de suspender a sobretaxa por um período de seis meses, renováveis até nova avaliação. Assim, o que constava na proposta era a suspensão da sobretaxa de apreciação dos projectos na sua componente variável por um período de seis meses para, dessa forma, dar algum incentivo aos empresários para submeterem os projectos à Câmara, pois só com projectos é que toda a actividade podia funcionar, caso contrário, teriam que ficar a aguardar que alguma coisa acontecesse e, uma coisa era correr atrás do prejuízo, outra, era tentar que a dinâmica local relacionada com um conjunto de projectos que existiam, pudesse funcionar, pois disso dependiam muitas famílias, muita actividade e, enquanto as receitas municipais tivessem aquela forma, perfeitamente delineadas e aprovadas, pensavam que os projectos começariam a entrar novamente. Tratava-se basicamente, da suspensão por seis meses da sobretaxa da componente variável que era a taxa de apreciação dos projectos que pensavam que o Município podia e devia prescindir, numa fase transitória, até que fosse efectuada nova avaliação. Por isso, era por um período de seis meses renovável e quando achassem que já não era necessária esta medida lá estariam para dizer que não seria necessário continuar com a suspensão, contudo, por agora era para suspender. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria intervir sobre o ponto em apreço e passou a palavra ao Membro José Manuel do Carmo. \_\_\_\_\_

----O Membro José Manuel do Carmo pediu ao Presidente da Câmara que clarificasse sobre a perspectiva dos montantes envolvidos e se existia, ou se seria possível quantificar. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que não era possível quantificar porque verificando-se presentemente uma enorme quebra de receitas sobre a expectativa de nem sequer entrarem projectos para serem avaliados, não dispunham dessa conta pois só conseguiriam saber qual

seria o valor potencial que tinham perdido após a análise do resultado. Presentemente o que sabiam era que se não entrassem novos projectos na Câmara seria de zero e, não entravam porque para além das empresas existia ainda outra componente importante. Os Bancos só financiavam os projectos após a obtenção da licença de construção, após a aprovação do projecto o que significava que, por exemplo, num loteamento com cinquenta fogos, onde se tivesse que pagar em sobretaxa, quarenta mil euros, queria dizer que sem ter a certeza se o projecto ia ser aprovado, o empresário tinha que pagar e depois logo verificaria se o projecto era aprovado, não obtendo qualquer financiamento bancário nessa operação porque o projecto não estava ainda aprovado. Esta situação era profundamente injusta. Iriam pois, avaliar se valia a pena manter o actual conceito porque era assim que funcionava. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que como não havia projecto aprovado, apenas uma intenção de projecto para ser apreciado e a Câmara para o fazer estava a cobrar bem, os empresários pura e simplesmente não investiam capitais próprios ou não os possuíam, para solicitarem a avaliação dos projectos. O que podiam fazer era dentro de seis meses avaliar o que tinha acontecido, quantos projectos tinham entrado, quantos tinham sido avaliados e assim verificar a perda de potencial, a perda real de verba caso o pagamento não tivesse sido suspenso. Até lá não o poderiam saber. \_\_\_\_\_

----O Membro José Manuel do Carmo pedindo desculpa por estar a dialogar, afirmou que a questão poderia ser colocada ao contrário, ou seja, após a aprovação e em caso de aprovação a taxa poderia ser aplicada ou prescindir-se-ia dela. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que não podiam alterar, inverter os factores porque a lei não era contornável dessa forma. Não podiam aplicar retroactividade a uma taxa que pura e simplesmente não tinham aplicado. A lei o que dizia era que, para a apreciação do projecto existia uma componente fixa e uma componente variável, era esse o Regulamento que existia, que estava publicado, e depois existia a fase seguinte. Agora o que não podiam fazer porque a lei não o permitia, era dizer, não paga já mas se o projecto for aprovado pagará a taxa de apreciação que não tinha sido cobrada. \_\_\_\_\_

----Essa situação não podia acontecer porque seria uma aplicação por inversão dos factores da lei, agir assim seria, manifestamente ilegal. Para a apreciação do projecto existia uma taxa fixa e uma variável e o que pretendiam era suspender, na fase actual, a variável. A segunda fase já nada tinha a ver com essa questão. Na prática, quando diziam que, tal como nos pareceres

prévios antigos, o projecto estava de “acordo com”, queria dizer que a aprovação estava praticamente certa e também nessa situação estavam a pagar duas vezes a mesma coisa, mas esse era o Regulamento que tinham e sobre o qual não tinham qualquer responsabilidade, mas era o que vigorava e que, ou o suspendiam, o que no actual momento não estavam em condições de fazer, ou podiam suspender parcialmente com movimentos como o apresentado o que achava que era justo e de acordo com o estado da actividade económica. \_\_\_\_\_

---Apenas como informação que não estava relacionada com a questão em discussão, a TaviraVerde também iria ter um abatimento na variável de ligação pois não fazia sentido que a Câmara prescindisse de algumas verbas e depois não tivessem reflexo noutras componentes, como a taxa de ligação que a TaviraVerde cobrava e que teria um abatimento no seu tarifário no que se referia às taxas de ligação à rede. \_\_\_\_\_

---Terminou dizendo que esta era uma informação suplementar pois queria que os membros da Assembleia estivessem muitíssimo bem informados para que desse modo pudessem argumentar. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão. \_\_\_\_\_

---O Membro José Manuel do Carmo agradeceu a explicação. \_\_\_\_\_

---A Membro Elisabete Rocha disse que sabia que o período de seis meses tinha sido avaliado, mas perguntava se não seria curto pois considerando a medida bem tomada e interessante, parecia-lhe que o prazo proposto poderia ser curto para activar a actividade. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara esclareceu que pensava que para a Assembleia Municipal aprovar uma situação como a proposta, a mesma tinha que ter um limite temporal pois, medidas daquela natureza tinham repercussão no exercício económico, pelo que, seria necessário ter conhecimento de quanto iriam afectar o Orçamento. Tinham um Orçamento que, para o corrente ano, já tinha sido bastante encurtado, em mais de um milhão de euros, e a perda potencial daquela receita, cuja rubrica tinha um determinado valor, passando a zero, queria dizer que deviam ter sempre a comparticipação para o exercício, ou seja, sendo esse um valor que iriam prescindir a execução iria ser zero. Assim, pensava que seis meses renováveis era um período razoável pois também tinham que dar aos empresários a ideia que não era uma situação indefinida, para caso tivessem os projectos prontos, e sabia que alguns deles tinham-nos, os submetessem nesse tempo. Depois efectuariam uma avaliação rigorosa da medida, podendo prorrogá-la até que o contexto o justificasse. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e perguntou se havia mais alguma questão. \_\_\_\_\_

----Colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Para cumprimento da Ordem de Trabalhos, passou ao ponto número quatro com a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 83/2011/CM, referente à Relocalização do Equipamento Escolar em Luz de Tavira e deu a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que tinha mostrado nos diapositivos uma escola que estava em construção e que se tratava do Centro Escolar da Horta do Carmo, mas tinham mais duas escolas com comparticipação assegurada do PO Algarve 21, sendo uma a Escola da Luz e a outra, a Escola da Conceição/Cabanas. \_\_\_\_\_

----No caso concreto da Escola da Luz, quando tinham chegado à Câmara havia uma localização prevista com um plano de urbanização aprovado, mas que estavam a alterar. Relativamente a esta escola, a anterior Vereação tinha um terreno que, para quem conhecia a Luz de Tavira, se localizava junto à Estrada das Antas onde estava a Lux Tavira Residence e por onde passava a linha do comboio. Havia aí uma zona de cedência para a Câmara que se localizava junto à linha do comboio e à futura variante. Ao analisarem a questão pensaram que a localização poderia ser substancialmente melhorada. Verdadeiramente, onde a escola ficaria bem, seria num encaixe de terreno localizado ao lado da actual escola e do pavilhão da Luz de Tavira, num terreno que estava em Reserva Agrícola e que se localizava na confluência do Livramento, donde vinham alunos, no casco urbano da Luz de Tavira e na confluência de Santo Estêvão. \_\_\_\_

----Informou que a necessidade de aprovação da presente proposta prendia-se com a necessidade de obtenção de uma Declaração de Interesse Público Municipal para desafectar da Reserva Agrícola aquele terreno, onde a instalação da escola tinha toda a justificação porque o perímetro urbano da Luz de Tavira fazia ali uma reentrância, tinha água, esgotos, saneamento e todas as infra-estruturas. Assim, necessitavam de uma Declaração de Interesse Público para apresentarem à Reserva Agrícola de modo a tentarem desafectar esse terreno para alterarem o plano de urbanização da Luz de Tavira junto da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, assunto que o Vice-Presidente estava a tratar, de modo a transferirem a escola de um local para outro. Pensavam que a escola ficava ali muitíssimo melhor enquadrada com a escola existente, do primeiro ciclo, tendo depois os segundo e terceiros ciclos ali junto e localizando-se perto do pavilhão. \_\_\_\_\_



---Não sabia se iriam conseguir, mas o proposto seria um pequeno passo para conseguirem avançar. Pensava que iriam conseguir porque se tratava de uma questão de bom senso já que todos percebiam que o que estava em causa era uma Declaração de Interesse Público sobre uma parcela de terreno que era privado mas que, já tendo tido uma primeira conversa com o proprietário, havia disponibilidade da sua parte para fazer negócio com o terreno. Obviamente que não lhe tinham sido dadas quaisquer contrapartidas, pois não o iriam fazer antes do terreno ser desafectado, altura que iriam efectuar o negócio com o proprietário. Não iria avançar sem saber se, pelo menos, a Declaração de Interesse Público era aprovada pois tal seria desonesto. Com a Declaração de Interesse Público e remetendo o processo, seria altura para falar mais concretamente com o proprietário para verificar quais seriam os termos, porque também não sabia se o terreno iria ser desafectado. \_\_\_\_\_

---Concluiu dizendo que pela primeira conversa que, obviamente, tinha tido com o proprietário a fim de indagar quem eram e da sua disponibilidade e, tratando-se de pessoa conhecida, pensava que cederia o terreno por um preço simpático. \_\_\_\_\_

---O Membro Rui Horta disse que concordava com a ideia mas como informação gostaria de saber quanto é que a aquisição do terreno poderia custar. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara respondeu que não dispunham de preços pois não era apenas a aquisição que estava em cima da mesa, poderia ser uma questão de permuta, contudo, o terreno seria avaliado e ser-lhe-ia atribuído o valor correspondente, quer fosse monetário ou da permuta, com tornas se necessário fosse. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro José Manuel do Carmo. \_\_\_\_\_

---O Membro José Manuel do Carmo disse que queria apenas formular uma pergunta que não interferia com a decisão de votação que já tinha tomado e que era inevitável, votar a favor da proposta. A pergunta era apenas complementar e estava relacionada com a escola do primeiro ciclo já existente. Queria saber se essa escola, depois, se iria transferir para a nova estrutura ou se continuaria ali. No fundo iriam haver duas estruturas, dois espaços escolares ou apenas um.

---A Membro Maria Margarida Santos disse que gostava também de ver ali discutida a realocação da Escola da Conceição/Cabanas, assunto que tinham falado na última reunião realizada em Cabanas. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara respondeu dizendo que essa questão tinha sido presente, nesse mesmo dia, em Sessão de Câmara. O processo de Cabanas, sobre o qual também já tinham

falado, tinha sido aprovado mas, infelizmente, por questões de agendamento não tinha sido possível apresentá-lo naquela Sessão da Assembleia Municipal, seria na seguinte, o que até em termos de melhor gestão das situações, seria melhor que os processos não estivessem juntos porque, verdadeiramente, não eram iguais tendo cada um deles as suas vicissitudes e diferente explicação, mesmo se tratando ambos de escolas e de, na sua opinião, serem perfeitamente justificáveis. Contudo, como já tinha dito não tinha sido possível agendar, tendo sido nesse dia aprovado em Sessão de Câmara. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia verificando que ninguém mais se queria pronunciar, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Em cumprimento da Ordem de Trabalhos passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 85/2011/CM, referente à Prestação de Contas 2010, passando a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que iria ser muito célere naquela Prestação de Contas e queria cumprimentar o Dr. Martins Correia da empresa Mariquito, o Revisor Oficial de Contas da Câmara, que estava ali presente e que, obviamente, daria uma interpretação fantástica aos números pois tinha sido ele que os tinha corrigido e auditado. Tratava-se de um trabalho técnico da Câmara onde o Presidente não tinha tido qualquer interferência, como aliás, sempre tinha sido feito na Câmara. \_\_\_\_\_

---Continuou afirmando que pensava que o Relatório dizia, por si, do esforço real que tinham tido com a quebra de receitas e de despesa, o que ele achava importantíssimo. No quadro da página cinco, que constituía o quadro resumo de um conjunto de indicadores, podia verificar-se que tinham tido um aumento da receita total que, ainda assim, tinha registado um crescimento negativo, indiciando uma quebra de quinze virgula zero oito por cento, e que o crescimento da despesa também tinha sido negativo, com uma quebra de quinze virgula vinte e quatro por cento, apesar de existir um conjunto de indicadores que não seguiam a mesma distribuição de quebra, tendo alguns aumentado, nomeadamente, o que se referia às transferências para o desporto. Contudo, havia um conjunto de rubricas que tinham diminuído, nomeadamente, as despesas com pessoas, remunerações e acessórios, onde tinham quebrado um conjunto de valores. \_\_\_\_\_

---Quanto à execução do Orçamento tinha sido uma gestão muito complicada porque e, apelando à memória dos presente, quando tinham chegado à Câmara tinham cortado, pura e

simplesmente, os cabimentos, tendo-se auto inibido em dar cabimentos no valor de doze milhões de euros, o que representava vinte por cento do Orçamento que vinha sendo executado. Dessa situação tinha resultado que a taxa de execução da receita tinha sido sessenta e um virgula cinquenta e três por cento e da despesa sessenta e dois virgula cinquenta e dois por cento, sendo certo, que as transferências dos fundos comunitários tinham diminuído drasticamente, com reduções substanciais, mas verificando-se um aumento das receitas alimentadas pelos impostos, o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis tinha crescido sete por cento e o IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis quarenta e dois por cento, resultantes de um conjunto de operações urbanísticas que tinham sido regularizadas dado as Finanças terem efectuado a sua cobrança. Desta situação tinha resultado um aumento da receita, de cerca de dois milhões de euros, passando assim, de quatro para cerca de seis milhões, o que tinha permitido, de alguma forma, equilibrar a quebra verificada. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que tinham tido imenso cuidado para que a despesa acompanhasse sempre a evolução da receita, como estavam a ter no exercício actual, onde já se verificavam quebras significativas no montante da despesa. Tinha sido por essa razão que no ano transacto tinham efectuado um conjunto de cortes, tentando não prejudicar a actividade municipal, nomeadamente a visibilidade do destino turístico de Tavira, porque podiam assumir as coisas de duas formas, ou consideravam despesa ou investimento, porque mesmo na despesa podia haver investimento, isso era importantíssimo e dependia do patamar onde se encontravam, pois tinham que fazer alguma despesa corrente, nomeadamente, em todas as actividades municipais que se relacionavam com a publicitação e aumento do ritmo económico para que toda a actividade municipal funcionasse, com a restauração e todo o circuito, com a engrenagem que gravitava a Tavira e isso consideravam investimento. Por essa razão não tinham cortado no Orçamento, nomeadamente, no que se referia à cultura por considerarem esta sector fundamental para a actividade municipal onde, como sempre tinha dito, iriam manter o ritmo de investimento e mesmo no corrente ano, no contexto actual de contracção que já estavam a ter, em matéria de cultura, bem ou mal, teriam que manter com a mesma dignidade e qualidade. \_\_\_\_\_

----Verificava-se portanto, que existia um equilíbrio no Relatório de Contas apresentado que pensavam exprimia o muito cuidado que tinham tido na evolução da despesa, nas rubricas, nas transferências e na execução com alguma parcimónia para que não se verificassem deslizes que,

a verificarem-se, faria subir, muitíssimo e de forma muito rápida, o nível de endividamento. Tinham-se permitido, de alguma forma, encurtar no segundo semestre, a dívida de curto prazo que tinham herdado. Quando tinham chegado à Câmara tinham um curto prazo de cerca de quatro milhões e oitocentos mil euros e um longo prazo maior do que o actual porque tinham conseguido amortizar dívida em doze por cento como o Balanço reflectia. Tinham tido duas vantagens, conseguido amortizar dívida de longo prazo e sido bafejados pelas baixas taxas de juro que tinha sido outro valor com o qual, de alguma forma, tinham conseguido compensar, pois o serviço da dívida também tinha diminuído apesar de rondar os cinco por cento como estava no Relatório. \_\_\_\_\_

---Tinham conseguido transferir o curto prazo e, no segundo semestre, pagar a fornecedores, transformando os quatro milhões e setecentos ou oitocentos mil que tinham em trinta e um de Dezembro para um milhão, trezentos e oitenta e quatro mil, novecentos e dezoito euros. Tinha-se por isso, verificado uma redução substancial do curto prazo que dava alguma margem, pois as dificuldades que estavam a ter no corrente ano onde praticamente os juros, amortizações e encargos caíram no primeiro semestre e devido à quebra de receitas, o exercício municipal não estava a ser fácil, pelo que, proactivamente tinham avançado desde logo com um corte nas transferências correntes para todos os sectores de actividade, inclusivamente para as Juntas de Freguesia, onde tinham cortado cinco por cento e efectuado um acerto nas rubricas. \_\_\_\_\_

---No ano transacto tinham conseguido um equilíbrio importante porque, para além de cumprirem as regras do endividamento, tiveram sempre a despesa abaixo da receita, obtendo uma taxa de execução muito próxima e conseguindo ainda, reduzir o prazo médio de pagamentos, de acordo com as novas regras, de cento e vinte e três para cento e vinte e dois dias. Quando todas as Câmaras vinham a aumentar o prazo médio de pagamentos, Tavira, pelo menos, tinha reduzido um dia, tendo apenas como problema o de não ter acompanhado a redução mais acentuada dos cerca de quatro milhões de euros, ocorrida nos últimos cinco meses do ano. Embora gostassem de pagar a sessenta dias, no actual momento não conseguiam, por isso reduzir um dia já era simpático. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que em resumo, pensava que o Relatório estava bem e se os membros tivessem alguma dúvida mais técnica socorria-se do Dr. Martins Correia. \_\_\_\_\_

---Em conclusão disse que tinham tido uma poupança de cerca de quatro milhões de euros de despesas correntes para financiamento das despesas de capital que também tinham sofrido

uma redução, embora tivessem lançado algumas obras que estavam actualmente em conclusão estando a ser facturadas, o que era do conhecimento geral. \_\_\_\_\_

----A execução tinha ficado nos quarenta por cento, mas também tinham iniciado novos projectos que não geraram despesa de capital mas no corrente ano, possivelmente, iriam ter muito mais por já terem alguma facturação vencida para pagar. \_\_\_\_\_

----A execução orçamental da receita tinha sido de sessenta e um vírgula cinquenta e três por cento e da despesa de cinquenta e dois vírgula cinquenta e nove por cento, que estavam muito perto uma da outra o que era importante. \_\_\_\_\_

----A diminuição da receita como já tinha dito, tinha sido de quinze vírgula quinze por cento o que representava uma redução de onze vírgula sessenta e dois por cento da despesa realizada e traduzia-se em cerca de cinco milhões e meio de euros, resultantes de um decréscimo de um vírgula sessenta e três por cento nas despesas com pessoal o que era um indicador importante porque com pessoal gastavam mais de nove milhões e quinhentos mil euros, valor importante numa Câmara cuja receita efectiva era de um valor inferior mas aproximado dos trinta milhões de euros. As despesas com pessoal representavam quarenta e seis por cento, o que era um valor significativo. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao incremento do activo líquido, verificava-se um resultado líquido negativo de cinco milhões e oitocentos mil euros que se deviam ao aumento de oito milhões nas amortizações, ao prazo médio de pagamento a fornecedores de cento e vinte e dois dias e ao cumprimento das regras de endividamento autárquico, cujo valor era para preservar, porque se não cumprissem as regras de endividamento autárquico seriam penalizados no Fundo Geral Municipal do ano seguinte, o que seria muito mau, porque seriam penalizados nas transferências do Estado na proporção do incumprimento e nessa matéria a questão das Empresas Municipais tinha um papel preponderante. \_\_\_\_\_

----Queria mencionar duas questões importantes e que se relacionavam com os Relatórios de Contas das empresas, o da EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M. já lhe tinha chegado e iria ser avaliado no dia seguinte e o da TaviraVerde que seria avaliado em próximo Conselho de Administração. A questão do endividamento autárquico e da consolidação das Empresas Municipais constituíam um elevado risco para a actividade da Câmara, pois podiam deparar-se, de repente, com um elevado valor de endividamento, que era actualmente, como constava do Relatório, seis milhões de longo prazo, sendo a capacidade de contrair empréstimos a longo

prazo cerca de sete milhões. A Câmara de Tavira, não sabia se seria a única, mas era seguramente, das únicas do Algarve que tinham capacidade potencial para contrair empréstimos apesar de não o quererem fazer, apenas em caso de absoluta necessidade, pois não queriam comprometer a actividade municipal, nomeadamente, a questão do Polis que era um ponto importante. \_\_\_\_\_

----Fazia aquele parêntesis apenas para dizer que pensava que essa era uma questão com potencial, pois o projecto Polis tinha uma intervenção da Câmara e a requalificação das Quatro Águas, da Ilha, dos cais e a ligação de Pedras a Santa Luzia e havia ali uma questão fundamental que só seria executada obra se a Câmara pagasse o capital social da Polis, que haviam subscrito e que era no montante de cerca de dois milhões e duzentos mil euros. A gestão anterior tinha pago a primeira prestação, quatrocentos e cinco mil euros, estando em dívida o restante, um milhão e seiscentos mil, pelo que, tinham que realizar o capital social do contrato que era por obras e onde não havia comparticipação municipal. O capital social era por obra porque era o capital da sociedade, não sendo, por isso, semelhante a Cabanas onde inicialmente a Câmara era para suportar dez por cento do investimento no projecto, conforme previsto no Plano do Polis e tinham acabado por ter que suportar quarenta e três por cento da verba. Tinham, por isso, pago um milhão e cem mil euros, faltando apenas pagar quarenta e cinco mil euros. No entanto, estava quase liquidada e já se verificavam problemas. \_\_\_\_\_

----Todavia nesta questão era fundamental o cumprimento do endividamento autárquico porque mesmo com o novo plano do tarifário que tinham efectuado para a TaviraVerde, tinham que ter a certeza que a TaviraVerde não iria perder verba em termos de execução sob pena de se reflectir em cinquenta e um por cento da capacidade de endividamento da Câmara e caso se verificasse um desequilíbrio das empresas, ir-se-ia reflectir directamente na conta da Câmara, situação para a qual a EMPET constituía um enorme risco, tendo sido fonte constante de preocupação, pois a Câmara detinha noventa e seis por cento do capital social da EMPET que tinha feito um investimento de cerca de quinze milhões de euros com endividamento autárquico, com um capital social de meio milhão de euros e cujo mau momento do sistema imobiliário não tinha trazido nada de bom para a empresa. Acrescentou que, tanto no corrente ano como no próximo, o equilíbrio da EMPET estaria garantido, contudo, tinham que realizar um conjunto de negócios porque verificando-se algum incumprimento na EMPET a capacidade de endividamento da Câmara, pura e simplesmente desapareceria, dado consolidar em

noventa e seis por cento do valor total da dívida. Assim, tinham que fazer esse equilíbrio pois não bastava gerir a Câmara tinham também que gerir as actividades participadas. \_\_\_\_\_

----Em sequência, disse que era importante que as duas empresas estivessem salvaguardadas em termos de equilíbrio e que eles próprios fizessem um exercício responsável no sentido de equilibrar as contas, como o documento apresentado reflectia, pois tinha sido efectuado por aquele Executivo um esforço para que tivessem as contas em ordem como se fossem deixar de exercer, tendo como objectivo não comprometer demasiado, para os actuais tempos, a actividade municipal. Veriam o presente ano iria correr e estavam seriamente preocupados, como não poderiam deixar de estar. Todavia, lá estariam para efectuar o que fosse necessário no sentido de salvaguardar as contas do Município porque sabiam que muitos dependiam do apoio da Câmara e não se referia a investimentos mas a necessidades básicas. \_\_\_\_\_

----Era preciso dizer que, directa ou indirectamente, ajudavam muitas pessoas não dizendo que o faziam, e que era fundamental que a sociedade civil também se envolvesse, contudo, estavam ali porque os actuais tempos eram difíceis e cortariam onde fosse necessário. Para terem a ideia da determinação com que estavam, se verificassem algum desequilíbrio, cortariam onde tivessem que cortar e que disso não subsistissem dúvidas. Era fundamental que assim o fizessem porque não estando a situação fácil, nos primeiros três meses já se verificava uma quebra de receitas importante, embora controlável, em função das expectativas. \_\_\_\_\_

----Para concluir, o Presidente da Câmara disse que já tinham cortado um conjunto de coisas importantes no ano anterior e que, no exercício actual cortariam onde fosse necessário. Que disso não restassem dúvidas, embora não afectando a actividade municipal e tentando não afectar aqueles apoios que tinham que dar às Associações para que estas dessem às pessoas. \_

----O Presidente da Assembleia perguntou se haviam intervenções e passou a palavra ao Membro Rui Horta. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta referiu que não tinha a leviandade de pensar que era capaz de analisar em detalhe aquela conta, mas que haviam algumas questões que sobressaíam. Gostava de dizer ao Presidente da Câmara que, de facto, desde a tomada de posse do actual Executivo que ouvia ali a história do “Pedro e do Lobo” relativa à EMPET. “Atenção que a Empet...”, “Atenção que a EMPET é isto e aquilo”. Era um facto que as contas da EMPET eram grandes e que estavam incontroladas e incobradas, que tinha sido efectuado um financiamento extraordinário para ajudar a suportar as contas, que o resultado da empresa estava ali traduzido nas contas,

mas conforme as palavras do Presidente estava assegurado o equilíbrio financeiro para o corrente ano e seguinte. Tinha-se referido à história do “Pedro e do Lobo” porque a frase da história “ai vem lobo” era utilizada quando se queria mostrar algum resultado menos bom, “ai vem o lobo da EMPET” e estavam sempre a tentar dizer, segundo lhe parecia, que a EMPET não tinha sido uma boa aposta. Pensava que não teria sido das melhores, contudo não tinha sido má. \_\_\_\_\_

---Registava a poupança de cento e quatro mil euros em despesas correntes, o que considerava interessante mas, na sua opinião, a execução orçamental, quer no que se referia à receita quer à despesa, não era brilhante em termos percentuais. Recordava-se de terem falado algumas vezes ali que a execução orçamental de anteriores Executivos se ficava em cerca de quarenta ou cinquenta por cento, todavia estavam a falar de orçamentos de despesa e receita substancialmente superiores. Assim, os cerca de quarenta por cento num Orçamento de cinquenta milhões de euros corresponderiam a mais de sessenta por cento de um Orçamento de metade do valor. Estava, no entanto, a fazer contas grosso modo. \_\_\_\_\_

----Registava também que o pagamento de dívidas a fornecedores tinha descido um dia, o que era significativo, mas certamente que haveria quem por mais um ou menos um dia não deixaria de sobreviver. \_\_\_\_\_

----Quanto ao cumprimento da regra do endividamento autárquico, já era prática da Câmara e há mais de quinze anos que se cumpriam as regras de endividamento autárquico na Câmara de Tavira, contudo pensava que era significativo estar espelhada no documento e estava bem. \_\_\_\_

----O Membro Rui Horta acrescentou que queria alertar para a Certificação Oficial de Contas, para o Certificado dos Técnicos Oficiais de Contas, que não percebia o porquê do ponto número sete ponto dois. Percebia que, desde logo, os técnicos não tivessem acesso a alguma informação do advogado do Município, que não tinha prestado informações sobre os processos judiciais em curso, o que não era grave se alguns dos processos não fossem, por exemplo, algum pedido de indemnização de cerca de dois milhões de euros referentes à situação da pedreira ou outros com pedidos de indemnização que podiam ter alguma interferência nas contas. Contudo, pensava que essa questão já não iria prosseguir, nas tendo em conta que situações dessa natureza poderiam acumular três ou quatro milhões de euros que a Câmara poderia perder, não percebia como uma estrutura como os Técnicos Oficiais de Contas e Advogado, com fax, e-mail, computadores, telefones e tudo disponível, não se contactassem



para efectuar o ponto de situação. \_\_\_\_\_

----Para concluir disse que a aprovação daquela conta, traduzia, de facto, a execução do programa que o Executivo se tinha proposto realizar e que estava a tentar fazer. Teria alguns méritos outros menos méritos mas como já tinha dito várias vezes, tratava-se de uma opção daquele Executivo que não era, não tinha sido e não seria de outro Executivo se fosse do PSD, nem do PSD. Nessa medida queria expressar em relação à Bancada do PSD, sendo certo que todos eram livres, que a intenção do PSD era a de se abster nesse ponto. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra à Membro Isabel Santos. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos disse que antes de solicitar ao Presidente da Câmara um esclarecimento sobre o Balanço e Demonstração de Resultados gostava de assinalar que tinha recebido na passada terça-feira aquele monte de papéis para analisar. Apesar de ser a representante da CDU, dava informação aos seus camaradas de partido sobre tudo o que se passava na Assembleia. Assim, tinha sido curtíssimo o prazo dado pois tinha coincido com os dias de feriados da Páscoa, pelo que, tinham reunido no Sábado anterior mas, para apreciar um Relatório complicado como aquele, até porque não era especialista em contas nem em Relatórios de Gestão, tivera que solicitar opinião a outros de modo a se elucidar de alguns pontos que ali estavam inscritos. Pedia pois, que quando se tratassem de assuntos como contas, balanços e relatórios que a documentação fosse entregue, pelo menos ao Líder de Bancada, um pouco mais cedo. \_\_\_\_\_

----A CDU gostava de pedir alguns esclarecimentos e fazer alguns comentários sobre uma rubrica referida no Balanço e que era em relação à Demonstração de Resultados que tinha a página número um de um. Aproveitava para dizer que a numeração também era muito complicada. Tinha um de vinte e depois passava para um de catorze. Na Demonstração de Resultados, página um de um, estavam lançadas as amortizações do exercício do ano dois mil e nove e tinham sido dois milhões, no ano dois mil e dez as amortizações do exercício tinham passado para dez milhões, seiscientos e sessenta e nove mil euros, pelo que, havia ali uma diferença de oito milhões, duzentos e setenta e quatro mil euros. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que tal era resultado de uma deliberação daquela Assembleia Municipal para integrar um conjunto de património no activo do Município. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos perguntou qual era a proveniência, se eram equipamentos, terrenos, máquinas ou outros. \_\_\_\_\_

---A Vereadora Ana Paula explicou que todo o domínio público tinha sido avaliado por uma empresa, que depois tinha sido integrado e ali constavam as suas amortizações constando o património na parte do Balanço referente aos activos, e que, também eles tinham aumentado.

---A Membro Isabel Santos disse que na Certificação Legal das Contas e no Relatório constava que o património estava subavaliado. \_\_\_\_\_

---A Vereadora Ana Paula elucidou que o valor tinha sido dado por uma empresa que tinha efectuado a avaliação e que essa questão tinha sido apresentada naquela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

---A Membro Isabel Santos acrescentou que ainda relativamente ao Balanço gostaria de referir que da análise da CDU resultava, que em custos e perdas extraordinárias o valor tinha passado de cerca de um milhão para três milhões, quinhentos e quarenta e sete euros, do ano de dois mil e nove para dois mil e dez, pelo que gostaria de saber qual a razão do aumento de dois milhões de euros. Verificava-se também que o passivo da Câmara era de aproximadamente, dezanove milhões de dívida à banca e seis milhões a terceiros, portanto, seria um passivo de vinte e cinco milhões. \_\_\_\_\_

---Acrescentou ainda que no Relatório, na Certificação se mencionavam os bens da Câmara que estavam a ser administrados pela TaviraVerde "As infra-estruturas de águas e saneamento registadas no imobiliário do Município, como bens do domínio público, no montante de cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil e quinhentos e setenta e oito euros, estão a ser geridas, controladas pela empresa municipal TaviraVerde, E.M." Assim, a CDU gostaria de saber qual era a contrapartida que a Câmara recebia por estar a ceder o seu património à TaviraVerde, pois esta estava a gerir, a ganhar com esse património. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou se tinham terminado as perguntas e passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que em relação à última questão ele era Membro da Assembleia Municipal quando na constituição da empresa TaviraVerde o património e as redes tinham sido passados para a empresa. Contudo, também estava na Assembleia um elemento da CDU que não se lembrava como tinha votado. Tinha sido confrontado com o facto da TaviraVerde pagar zero sobre as redes e em todos os relatórios essa contabilização ser zero de uma receita que a Câmara não tem por ter cedido, desde a sua constituição, a rede fixa à TaviraVerde. Se lhe perguntassem se achava bem, não, achava mal; se lhe perguntassem se já

tinha falado com a empresa sobre essa matéria, já; se estava a fazer alguma coisa para mudar a situação, teriam que ponderar uma vez que haviam ali outras questões envolvidas na equação, preferia ter uma anotação como aquela no Relatório do que ter uma empresa desequilibrada. Era importante terem uma ideia clara da situação que se encontravam já que a posição que tomassem, pelo facto da Câmara deter cinquenta e um por cento cabendo-lhe a ela a gestão da empresa apesar do Presidente da Câmara ser o Presidente da Empresa não executivo, o que talvez fosse o único erro mas que até poderia ser tratado, iria ter reflexos na Câmara. \_\_\_\_\_

----Terminou dizendo que em relação às questões técnicas estava ali presente o Dr. Martins Correia, pelo que, se a Assembleia lhe permitisse ele daria uma explicação técnica sobre o conjunto de questões que tinham sido levantadas. \_\_\_\_\_

----O Revisor Oficial de Contas, Dr. Martins Correia, disse que relativamente à primeira questão sobre o terem ou não a informação acerca dos litígios e processos, se tratava apenas de uma limitação de âmbito pois não significava que estivesse errado ou certo, mas não tinha chegado em tempo. Tinham recebido a informação do advogado da Câmara no dia onze e a certificação datava de oito. A recepção desse documento obrigaria a uma averiguação, a uma análise se os processos em causa teriam ou não, algum risco elevado ou significativo de virem a ser decididos desfavoravelmente. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos quis saber se essas verbas estariam ou não cabimentadas. \_\_\_\_\_

----O Dr. Martins Correia disse que aquela situação não era uma questão de cabimento mas sim patrimonial, uma questão de responsabilidades e não tanto uma questão de execução orçamental, portanto, eram situações de entidades que moviam processos contra a Câmara, pelos mais variados motivos, e a Câmara a outras entidades, pelo que, poderiam verificar-se as duas situações. No caso concreto a questão prendia-se mais com a situação patrimonial da Câmara e não tanto com a execução orçamental. \_\_\_\_\_

----Relativamente à questão das amortizações e dos bens de domínio publico estarem descritos na Certificação como subavaliados e, como já explicado pelo Presidente da Câmara, tinham sido avaliados e integrados no património, no Balanço do Município, bens do domínio publico de valor significativo aumentando o valor do mesmo, em termos líquidos, de vinte e sete para cento e sessenta e quatro milhões de euros. Como esses bens tinham uma determinada vida, em termos contabilísticos esse património teria uma vida estimada, por hipótese, de dez anos, pelo que, teria que ser efectuada a amortização do seu valor em um décimo todos os anos. O

resultado negativo do Município derivava também das amortizações, para o que, tinham contribuído com oito milhões de euros. Ao integrar um património que era de domínio público tinham os custos associados à deterioração do mesmo, pois uma coisa quando era nova tinha um valor e ia-o perdendo ao longo dos anos. \_\_\_\_\_

----Quanto ao facto de se referir que as imobilizações corpóreas, os bens de domínio público, se encontravam subavaliadas significava que ainda não tinha sido efectuada a totalidade da avaliação e integração dos bens de domínio público no património da Câmara. Actualmente faltavam apenas os bens de domínio cultural pois os outros já estavam integrados. O constar que o imobilizado estava subavaliado significava que havia uma parte de bens de domínio público que ainda não tinha sido integrada. \_\_\_\_\_

----Para terminar disse que pensava ter respondido no fundamental à Certificação de Contas porque relativamente à TaviraVerde, o Presidente da Câmara já tinha explicado detalhadamente sendo essa uma questão que vinha sendo referida em todas as Certificações desde que eram Revisores Oficiais de Contas da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e perguntou se havia mais alguma questão e passou a palavra ao Presidente da Câmara que a havia solicitado. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que, pensando que a Deputada Isabel Santos ainda não estava totalmente esclarecida, o património estava lá, só que em termos contabilísticos tinham que o desvalorizar. No ano em apreço tinham integrado cento e noventa e três milhões. Há alguns anos, entre cinco e sete, o Estado tinha obrigado os Municípios a efectuarem um inventário Municipal que contava para as leis de endividamento e capacidade de endividamento por parte das Câmaras. Em cumprimento, todo o património teve que ser integrado, contudo a integração tinha vindo a ser efectuada por parcelas e ia aumentando todos os anos porque também a Comissão de Avaliação do Património fazia a sua contabilização por parcelas. Tinha começado pelas estradas, passando depois para as escolas e todos os anos tinham vindo a aumentar. No corrente ano, a integração que tinha sido feita, foi a que os membros daquela Assembleia tinham decidido e que rondava os cento e noventa e três milhões que foram acrescentados ao activo. \_\_\_\_\_

----O Dr. Correia Martins disse que apenas na parte do domínio publico, o valor era de cento e sessenta e quatro milhões líquidos, e o património total de, duzentos e cinquenta e sete milhões, quando no ano anterior eram cento e trinta milhões. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara continuou dizendo que esse era o património global da Câmara e do qual, no corrente ano, tinha sido feita a integração de mais uma parcela, faltando ainda os bens culturais cuja integração no património municipal iria ser efectuada para o próximo ano ou dois conforme o trabalho estivesse concluído. Tinham apresentado àquela Assembleia mais património para ser integrado o que tinha alterado o activo, levando a fazer as respectivas amortizações. \_\_\_\_\_

---Para explicar melhor deu como exemplo um carro que no momento da compra o valor contabilizado era de cem, mas no ano seguinte teria que ser efectuada uma depreciação no valor de X, tal como a lei previa, pelo que ficaria a valer apenas noventa, indo-se depreciando ano após ano. Em termos contabilísticos esta lógica constituía as amortizações, que eram um valor que não contava para o património. \_\_\_\_\_

---O património apresentado, no ano seguinte já não valeria duzentos e sessenta milhões passando a valer duzentos e cinquenta pois, teoricamente, tudo desvalorizava na vida. Acrescentou que, para que não restassem dúvidas, o património estava ali, tinha sido integrado por decisão daquela Assembleia em juntar mais uma parcela ao património municipal tendo, conforme a lei, que ser reflectido na Revisão de Contas, pois tinham que ser contabilizadas as suas depreciações. \_\_\_\_\_

---Relativamente à EMPET importava dizer que não tinha sido mau, porém esta tinha um risco potencial. Não tinha dito que a EMPET tinha sido mau mas, tinha riscos associados complicadíssimos, e falavam porque não estavam a passar pelas questões, porque se a empresa se desequilibrasse todos sofreriam, que disso não tivessem quaisquer dúvidas, porque era fácil falar mas o facto é que mal tinham chegado à Câmara tinham tido que pedir um empréstimo de um milhão e duzentos mil euros para pagar o negócio das tendas que estavam no Parque Empresarial e que tinham sido recompradas pelo Parque à EMPET pelo valor de seis milhões, algo, cujo preço era de três milhões. Ao terem pedido o empréstimo bancário, este estava revertido nas contas da Câmara do ano transacto, pelo que, o valor de três milhões e novecentos euros tinha tido uma valorização quase fictícia de um bem que era da Câmara, tinha passado para a EMPET e depois novamente para a Câmara de modo a injectar liquidez na empresa, situação que no corrente ano, tinha impedido que ocorresse novamente com o Parque Industrial, porque era muito fácil injectar dinheiro da Câmara nas Empresas Municipais através da compra e recompra de activos. Compravam por três, vendiam por seis, e depois

recompravam por nove e assim tinha entrado três milhões na empresa. \_\_\_\_\_

----Isso era para acontecer com o Parque Industrial mas não tinha acontecido porque ele assim o tinha decidido, pois pensava que agir dessa forma seria delapidar o património Municipal. Assim, preferia trabalhar no equilíbrio das empresas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara continuou afirmando que falavam muito bem da EMPET mas o que tinha sido deixado naquela empresa, tinha sido um conjunto de problemas complicadíssimos de resolver especialmente nos tempos actuais, pelo que, falar era fácil, mas quando se estava no meio dos problemas tendo-os que resolver é que era mais difícil. Tinham efectuado um empréstimo de um milhão e duzentos mil euros logo no início do mandato porque a EMPET, que para alguns era uma coisa boa, para ele era mais um problema. Tiveram que injectar oitocentos mil euros para pagar a comparticipação nacional das tendas, que por sua vez, tinham sido cedidas num contrato de concessão com o valor de mil euros, contrato esse que tinham levado um ano para conseguir rescindir. Realmente a EMPET era algo de bom, mas o certo é que tudo aquilo tinha sido feito e, actualmente, o Parque de Feiras e Exposições, cujo contrato efectuado tinham levado um ano para rescindir porque tinha sido arrendado por mil euros à empresa Efeito Eventos, que actualmente já não possuía qualquer contrato de concessão com a Câmara. Os equipamentos tinham pois voltado à Câmara, pelo que, no último mercado já tinham conseguido efectuar uma redução de cinquenta por cento nas taxas pagas pelos comerciantes. \_\_\_\_\_

----Iriam estudar o que fazer mas tinham terminado com aquele negócio “fantástico”, tendo, presentemente, que controlar as despesas e receitas da EMPET e tentar fazer investimento e atrair investidores. \_\_\_\_\_

----Nunca tinha dito que a EMPET era má, dizendo até que era boa, mas representava um risco muito elevado nas contas da Câmara ainda mais que em determinada altura, se bem se lembravam os membros daquela Assembleia, tinham adquirido à AGETAV quarenta e cinco por cento do seu capital social que tinha passado dos cinquenta e um por cento que detinham para noventa e seis por cento, aumentando substancialmente. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que todas estas capacidades tinham, obviamente, potencial e eram importantes para o desenvolvimento do Concelho, todavia tinham que cometer o menor número de erros possível porque ao acontecer um erro na gestão, que não estimavam que acontecesse mas que podia acontecer porque inicialmente tomavam-se as decisões sendo a sua

avaliação efectuada à posteriori, e com a actual crise, um dia podiam dizer que não iam aderir ou pedir apoio e dois dias depois tinham que engolir o que haviam dito porque as circunstâncias tinham evoluído desfavoravelmente e de forma complicada. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara concluiu dizendo que esperavam que as coisas fossem correndo, que agradecia o contributo de cada qual, que tinha tentado esclarecer o melhor que podia e sabia para jurista, mas que pensava que tinham ali um bom Relatório independentemente dos números, que era melhor que o que ele esperava quando tinha iniciado o mandato, mas que tinha dado muito trabalho. Esperavam que o relatório do ano seguinte fosse tão bom como aquele, mas que actualmente não podia dizê-lo, pois o exercício estava a decorrer. Reafirmava que não houvessem dúvidas que cortariam onde tivessem que cortar e se tivessem que deixar de fazer determinada despesa também o fariam, contudo, não deixariam de pagar os vencimentos, o que era importante, e de respeitar um conjunto de compromissos fixos que tinham que ser absolutamente salvaguardados pois essa era a responsabilidade do Executivo. \_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro José Manuel do Carmo. \_\_\_\_\_

---O Membro José Manuel do Carmo disse que aquele era um documento de gestão que tinha sido elaborado tecnicamente e que, portanto, tinha as características técnicas de um Relatório de Execução. Naturalmente que iria votar favoravelmente, e intervinha, porque pelo facto de votarem em sentido contrário à bancada do PSD, não queria dizer que estariam de acordo com o plano político que o suportava pois esse era discutido noutra momento e cujas questões já tinham colocado noutra ponto. \_\_\_\_\_

---Iriam votar favoravelmente o Relatório técnico que correspondia à execução em causa o que, naturalmente era complicado, e subscrevia as palavras da Bancada da CDU, porque o tempo que tinham tido para a análise daquele documento complicado, que exigia atenção, e não sendo professores e sim membros de uma Assembleia Municipal, os partidos compostos por pessoas que tinha a sua vida própria não estando ali a tempo inteiro, tinha sido pouco pois precisavam de tempo para analisar. Sabiam, tinham que compreender que os documentos vinham em cima da hora porque eram urgentes e tinha que ser assim. Estavam ali para compreender tudo isso, mas naquele caso não havia razão para tal pois a Assembleia tanto se podia realizar naquele dia como no seguinte podendo haver mais tempo. Apelava à compreensão para que documentos daquela natureza pudessem ser remetidos com mais tempo a fim de serem analisados com calma e alguma ponderação. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que não queria deixar de introduzir ali uma questão que não estava relacionada com o Relatório em si mas que tinha sido uma discussão política e que se relacionava com a EMPET. O BE - Bloco de Esquerda não iria discutir o assunto que não constava na Ordem de Trabalhos, contudo, já que essa discussão estava a ser efectuada, não vendo nada de errado nisso, também não queria deixar de dizer que não se tratava da EMPET ser em si um objectivo, uma iniciativa importante e positiva porém, a estratégia que tinha sido adoptada e o mecanismo, o dispositivo que tinha sido adoptado e implementado para a sua execução tinha sido mal equacionado. Sem dúvida que o Executivo actual não tinha qualquer culpa mas iria ter um problema para resolver porque, de facto, tinha recebido muito má herança da direita da cidade. Sendo certo que azares aconteciam a todos e não sendo nada de transcendente, um dispositivo mal concebido podia acontecer a todos, mas de facto, tinha sido um dispositivo mal concebido e talvez por isso tivessem errado ao comprar a parte da AGETAV, porém tinham-no feito, fazendo mal em continuar a suportar a situação como estava. \_\_\_\_\_

----Para terminar disse que todos em Tavira tinham obviamente, um problema, embora estivesse nas mãos do actual Executivo, que tinha que ser equacionado porque tinham um mau dispositivo para a cidade. Contudo a ideia em si era boa. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse já ter ouvido ali várias referências à entrega do documento mas pensava que os prazos tinham sido cumpridos. O documento tinha ido a Sessão de Câmara no dia treze anterior. Em relação à distribuição da Prestação de Contas existia em Regulamento um prazo de cinco dias, que poderia ser ali alterado obviamente, pois a Assembleia tinha poder regulamentar. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos disse que não se tinha referido aos documentos em geral mas especificamente àquele. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que relativamente à Prestação de Contas o que o Regulamento previa era que a documentação tinha que ser distribuída com cinco dias de antecedência. Era esse o prazo estipulado no Regulamento Interno daquela Assembleia que tinha sido aprovado pela própria. Ainda que assumindo que fosse pouco tempo tinha que ser a própria Assembleia a resolver essa questão. Da parte da Câmara tinha sido cumprido e disponibilizado o documento que tinha sido aprovado em Sessão de Câmara do anterior dia treze. \_\_\_\_\_



---O Presidente da Assembleia disse que nem o documento podia ter sido apresentado antes, nem podia ser apresentado no próximo mês de Maio por ser obrigatória a apresentação da Prestação de Contas no mês de Abril, o que, não deixava muita margem para alternativas. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara ainda acrescentou que essa era a prática normal. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia disse que pensava que estavam todos em condições de exercer o seu direito de voto, pelo que iria colocar a votação a proposta da Prestação de Contas do ano de dois mil e dez. \_\_\_\_\_

---A proposta foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e dez abstenções. \_\_\_\_\_

---Passava ao ponto número seis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 89/2011/CM, referente à Atribuição de Medalha Municipal de Mérito. Acrescentou que, no caso concreto, tratava-se da medalha de mérito grau ouro e perguntou ao Presidente da Câmara se teria algo a dizer. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que estava ali a ser apresentado um documento que, de alguma forma, era demonstrativo da importância daquela medalha, contudo iria explicar o porquê da sugestão para essa atribuição, que pensava ser muito importante. \_\_\_\_\_

---No seguinte dia dez de Maio, o Regimento de Infantaria, iria comemorar duzentos e quinze anos, uma data simpática e a sua presença era importante para a cidade, cujos militares diziam parte da sua História ao longo dos tempos sendo-o, inclusivamente para o Algarve, por existir um Quartel a sul. O Quartel existia desde mil, setecentos e noventa e seis, era pombalino e tinha albergado em Tavira muitos regimentos. Tinha sido de onde tinha partido e estado muita gente, pelo que, identificando-se com a História tinha-se dado a feliz coincidência de agora celebrar os duzentos e quinze anos e o seu edifício pombalino estar prestes a ser classificado pelo IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, como Monumento Nacional, e ainda que no contexto da reestruturação do Exército, ser justo, face à actividade do actual Comandante da Companhia que se encontrava na cidade, poderem efectuar algo nunca antes realizado em Tavira, pelo menos segundo os registos de honra, e que consistia em distinguir por ocasião da celebração dos duzentos e quinze anos, o Regimento de Infantaria 1 do Exército português, na Corporação do Regimento de Infantaria, com uma medalha de mérito da cidade. Assim, esta distinção destinava-se ao Exército português por o que tinha deixado na cidade, pelo que significava, pelas famílias que tinha fundado, sendo de alguma forma, o reconhecimento e agradecimento público do Município e das gentes de Tavira,

por o que tinham dado à cidade. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo que a única medalha que se adequava a uma situação como aquela era a medalha de mérito municipal, grau ouro. Essa era a justificação e, obviamente, o documento da proposta era o documento de fundamentação que tinha que existir, com um pouco de história militar e com a indicação da cerimónia militar a decorrer na Praça da Republica no dia dez de Maio seguinte, para a comemoração da efeméride onde caso fosse deliberado aprovar a distinção, seria efectuada a entrega da medalha e colocada uma fita no estandarte do Regimento que constituiria a distinção do Município ao Exército português pelo que tinha efectuado no Concelho e o que, nomeadamente, tinha acontecido no último ano e meio, quando a cidade também tinha vivido muito da dinâmica dos próprios militares, o que era importante e atraía muita gente. O actual Comandante era uma pessoa extremamente viva e empreendedora e que gostava de contribuir para o movimento cultural da cidade, o que também pretendiam distinguir. \_\_\_\_\_

----Disse que esta constituía a oportunidade da Câmara reconhecer o Exército e o Regimento de Infantaria 1, contudo essa decisão tinha que ser da Assembleia Municipal e não revelava o resultado em Sessão de Câmara porque a decisão cabia aos presentes, mas ele teria toda a honra em distinguir em nome de todos, de todo o Município, o Exército. Pensava que todos percebiam o contexto, significado e alcance do reconhecimento e gratidão que todos tinham a essas pessoas. Terminou dizendo que era muito respeitador da Instituição Militar porque também fazia parte da História de todos, da História recente e com méritos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se alguém se queria pronunciar e passou a palavra ao Membro Rui Horta. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta disse que em primeiro lugar dificilmente voltaria a estar tão de acordo com o Presidente da Câmara como estava naquela questão. \_\_\_\_\_

----Em segundo lugar não estava de acordo com o Presidente da Câmara quanto ao grau da medalha pois tinha pena não existir uma medalha de grau platina ou decorada com cristais para lhe dar ainda uma importância superior. \_\_\_\_\_

----Em terceiro ficava feliz ao verificar que finalmente a cidade e a Câmara se tinham reconciliado com o Exército. Tinha havido um período que, praticamente, só tinha faltado declarar guerra, que iriam perder certamente, tendo até perdido em alguns campos, por o Exército ter mostrado ser uma Instituição forte e impedido algumas medidas que até tinham

sido aprovadas na Câmara. Devia dizer, que não tinha concordado com algumas dessas medidas e que ficava feliz em verificar que finalmente para além de estabelecerem a paz tinham reconhecido o mérito da Instituição. \_\_\_\_\_

---O Membro Rui Horta, para terminar, disse que também por questões pessoais e de trabalho, se tinha cruzado e participado como visitante em algumas iniciativas tomadas pelo Quartel, pelo Regimento de Tavira, e que era, de facto, fantástica a ligação que eles estavam a conseguir fazer com a cidade. Portanto, antes de transformar o Quartel de Tavira, possivelmente, em mais uma unidade hoteleira vazia durante seis meses, para ser mais um bocado fantasma, achava que a vinda do Exército para a cidade tinha sido muito boa, pelo que, só não aplaudia por não ficar bem, mas estava bastante de acordo. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia agradeceu e perguntou se haviam mais questões. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara afirmou que as distinções normais de mérito atribuídas pela Câmara Municipal seriam efectuadas no dia da cidade como era tradição, contudo, esta era uma distinção diferente situando-se noutra contexto. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia verificando que não haviam mais inscrições solicitou que os membros procedessem à votação para a qual os boletins de voto já tinham sido distribuídos. \_\_\_\_\_

---A proposta foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e um contra. \_\_\_\_\_

---Para cumprimento da Ordem de Trabalhos passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 96/2011/CM, referente ao Regulamento Municipal de Actividades Diversas – Alteração. \_\_\_\_\_

---Indagou se o Presidente da Câmara podia dizer alguma coisa sobre o assunto, que contudo, não tinha muito a dizer. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que aquela questão já tinha sido apresentada na Assembleia Municipal e que na prática correspondia à versão definitiva, terminada que estava a audiência aos interessados. Assim, seria apenas a votação final após a primeira audiência pública da alteração ao Regulamento que se relacionava com os Guardas-Nocturnos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou se algum dos presentes se pretendia pronunciar sobre a proposta, que não se verificando, colocou a mesma a votação. \_\_\_\_\_

---A proposta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Seguidamente procedeu à leitura e votação das minutas que foram todas aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Para cumprimento do Regulamento perguntou ao público presente se gostaria de expor algum assunto que não tivesse sido objecto da Ordem de Trabalhos. \_\_\_\_\_

----Passou a palavra ao Sr. Rodrigo Aires que pretendia esclarecer que na Assembleia em que o património da TaviraVerde tinha sido discutido ele era membro e, como o Presidente da Câmara sabia, tinha votado contra. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que tinha deixado em aberto pois não se lembrava. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia disse que estando a Assembleia esclarecida perguntava se haviam mais intervenções. \_\_\_\_\_

----O Sr. Eduardo Mangas solicitou a palavra para dizer que era filho de Santa Luzia, de pai e mãe, mas que tinha vivido quarenta anos em praticamente toda a Europa Ocidental e que, após ter tido alguns problemas na Alemanha, onde tinha uma grande empresa que empregava cento e cinquenta pessoas, tinha regressado a Portugal pois era ali que queria estar, que queria viver.

----Era proprietário da Casa do Polvo, a Tasquinha, em Santa Luzia, que muitos dos presentes não conheciam mas que era uma casa de grande carácter turístico e com muita tradição, cultura e arte. Todos os artistas e todas as empresas que tinham participado na construção dessa casa eram, também eles, filhos de Santa Luzia. Todos tinham recebido formação de grandes cozinheiros executivos de vários pontos do Algarve, chefes de bar e engenheiros de saúde alimentar. Desde o dia da abertura que tinha dado emprego a quinze pessoas de Santa Luzia, sendo com ele e esposa um total de dezassete. Porém, actualmente eram seis, sendo oito no Verão, pelo que, Santa Luzia tinha perdido, só com a Casa do Polvo, seis ou sete postos de trabalho, porque ele não conseguia o apoio de ninguém. \_\_\_\_\_

----A Casa do Polvo tinha uma característica muito importante, lá falava-se cinco línguas fluentemente, pelo que pedia respeito, e todos os dias era confrontado com turistas e amigos de Santa Luzia com a situação do parque localizado em frente à casa. Como sabiam e certamente gostavam de Santa Luzia tanto como ele, esta tinha uma vista panorâmica espectacular, talvez das mais bonitas viradas para a Ria Formosa, contudo, o que pensariam os presentes se estando sentados a comer vissem um carro estacionar na sua frente e, havia quem estacionasse por maldade, carrinhas, jipes ou outros, que cortavam completamente a visão ao estabelecimento. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que já tinha efectuado vários pedidos à Câmara, que tinham sido todos indeferidos e cujo porquê não compreendia. Tinha pedido que o deixassem colocar um bom

estrado, profissional e com toda a segurança a fim de aumentar a esplanada podendo assim criar mais postos de trabalho. No lado oposto de Santa Luzia, todos tinham estrados, chapas, tudo para expandir as esplanadas, o que considerava bom para a terra, não tendo qualquer diferendo com essas pessoas, mas a ele que tinha tentado fazer o mesmo, elaborado um projecto bonito a cujo arquitecto tinha pago uma fortuna, para executar uma pérola algarvia, uma sombra à memória da terra, não lhe tinha sido autorizado. \_\_\_\_\_

---Tinha pedido à Câmara para não viabilizar o estacionamento em frente à sua casa porque a sufocava e sufocava os clientes que ali se sentavam, o que também não lhe foi concedido, pelo que, tinha sido aconselhado, uma vez que tinha vivido fora do País quarenta anos, e não sabia muito bem como se processavam as coisas, pois na Europa a única coisa que tinha aprendido era que as pessoas eram todas iguais e todas tinha os mesmos direitos e deveres, a apresentar ali a questão. \_\_\_\_\_

---Ao vir para Portugal, pretendia ajudar as pessoas da sua terra, queria criar postos de trabalho, porém era obrigado a reduzir uma casa com um grande potencial, pelo que, já tinha mandado seis pessoas para casa e iria certamente mandar mais, dado não o deixarem trabalhar. \_\_\_\_\_

---Para concluir apelava ao Presidente da Câmara e a todas as pessoas ali presentes que, por favor, não autorizassem o estacionamento de carros em frente aos estabelecimentos comerciais porque não ficava bem e era isso que esperava que compreendessem. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia perguntou ao Presidente da Câmara se queria dizer algo sobre a intervenção do Município. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que tinha ouvido a petição e que essa questão estava relacionada com um Regulamento de Trânsito existente, cujas marcações estavam efectuadas de uma determinada forma. \_\_\_\_\_

---Relativamente à questão das esplanadas pensava que se tratava de um contexto específico pois tinha um passeio. Assim iriam verificar, a explanação não cairia em saco roto pois todas as pessoas mereciam uma resposta, mas teriam que estudar a possibilidade. Todavia, parecia-lhe que não seria a actividade Municipal que estaria a impedir, no entanto, percebia o desabafo e iriam verificar a questão para tentarem melhorar a situação. O Município já se tinha encontrado inúmeras vezes, em várias reuniões, com o Vice-Presidente da Câmara e existiam outros problemas associados. Para concluir disse que a questão ficava registada. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia, verificando que não haviam mais intervenções, deu por encerrada a Sessão pelas vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_